



## ENERGIA E ECONOMIA

Governo turbina Eletrobrás para acelerar obras do PAC (Folha de SP) 06/01/10 .....	3
Decreto deve facilitar crédito para estatais (Folha de SP) 06/01/10 .....	3
Painel Regional (Folha de SP) 06/01/10 .....	4
Painel (Folha de SP) 06/01/10 .....	4
Terceirizados terão vínculo com empresa onde prestam serviço (Folha de SP) 06/01/10 .....	6
Braskem-Quattor terá de ser vigiada, diz ex-titular do Cadê (Folha de SP) 06/01/10 .....	6
Bancos antecipam as previsões de alta da taxa Selic para abril (O Estado de SP) 06/01/10 .....	7
Estatais darão garantia a bancos (O Estado de SP) 06/01/10 .....	8
As armadilhas da política ambiental (O Estado de SP) 06/01/10 .....	9
Chuva provoca 51 pontos de alagamento e fecha Congonhas (O Estado de SP) 06/01/10.....	10
Etanol já perde da gasolina em 20 Estados (O Estado de SP) 06/01/10 .....	11
Senado já reabilita 'farra das passagens' (O Estado de SP) 06/01/10 .....	11
Petrobras evita comentar compra de parte da Galp (Valor Econômico) 06/01/10 .....	12
Tesouro transfere ao BNDES direito de receber dividendos da Eletrobrás (Valor Econômico) 06/01/10.....	13
Zahran investe em fábrica de botijões (Valor Econômico) 06/01/10 .....	14
Novas oportunidades surgem no horizonte dos executivos de RI (Valor Econômico) 06/01/10 .....	14
Ações ajudam Eletros a recuperar perda de 2008 (Valor Econômico) 06/01/10 .....	16
Ex-diretora da Aneel critica falta de transparência de decisões do setor (Valor Econômico) 06/01/10.....	17
Desoneração já beneficia 244 projetos (Valor Econômico) 06/01/10 .....	18
Lorde Keynes e a política anticíclica de Vargas e Lula (Valor Econômico) 06/01/10 .....	20
Pátio da Emdec será desativado com terceirização (Correio Popular) 06/01/10 .....	21
Google PowerMeter permite monitorar uso de energia em casa (Estadão Online 19:24h) 05/01/10 .....	22
Cesp PNB fecha com alta de 2,62% (CanalEnergia) 05/01/10 .....	22
Celesc Geração realiza leilão de venda de energia na próxima quinta-feira, 7 (CanalEnergia) 05/01/10.....	23
Beneficiados pelo Luz para Todos podem ser isentos de conta de luz (CanalEnergia) 05/01/10.....	23
Itaipu: acordo com Paraguai sobre compensações financeiras está no Congresso (CanalEnergia) 05/01/10.....	24
Nível dos reservatórios do Nordeste atinge 67% do volume armazenado (CanalEnergia) 05/01/10.....	24
PCH Jacaré Pepira altera potência instalada para 2 MW (CanalEnergia) 05/01/10.....	25
UTE Goiânia II inicia operação comercial de 145,2 MW por tempo determinado (CanalEnergia) 05/01/10 .....	25
Worley Parsons compra CNEC por R\$ 170 milhões (CanalEnergia) 05/01/10.....	25
Light ON opera em queda de 2,15% (CanalEnergia) 05/01/10.....	25
Governo libera prestação de garantias para estatais que enfrentem concorrência de empresas privadas (CanalEnergia) 05/01/10.....	26
Prefeitura de Angra dos Reis desiste de pedir desligamento de usinas nucleares (CanalEnergia) 05/01/10 .....	26
EPE é nova patrocinadora da Eletros (CanalEnergia) 05/01/10.....	26
Energisa encerra período de conversão de ações em units (CanalEnergia) 05/01/10.....	27

## SINDICAL

Promoção cultural (CUT Nacional) 05/01/2010 .....	27
Revista do Brasil de janeiro (CUT Nacional) 05/01/2010.....	27
Jornal Brasil Atual (CUT Nacional) 05/01/2010 .....	28

Central de luta (CUT Nacional) 05/01/2010 .....	28
Boris e os Garis (CUT Nacional) 05/01/2010 .....	29
Defesa dos direitos sociais (CUT Nacional) 05/01/2010 .....	30
Federação Cutista (CUT Nacional) 05/01/2010.....	31
Servidores (CUT Nacional) 05/01/2010 .....	31
Solidariedade (CUT Nacional) 05/01/2010 .....	32
Sim, nós sabemos para onde vamos (CUT Nacional) 05/01/2010 .....	32
Impossível é ficar como está (CUT Nacional) 05/01/2010.....	33
Sindipetro NF: ano começa com trabalhador acidentado na Bacia de Campos (CUT Nacional) 05/01/2010 .....	34
Servidores começam ano apreensivos com publicação de decreto que desmonta Funai (CUT Nacional) 05/01/2010.....	34
Brasil vai sediar conferência ambiental 20 anos depois da Eco-92 (CUT Nacional) 05/01/2010.....	35
Governo federal cria comitê em prol da saúde da população em situação de rua (CUT Nacional) 05/01/2010 .....	35
ONU estabelece 2010 como Ano Internacional da Juventude (CUT Nacional) 05/01/2010.....	36

## **Governo turbinou EletoBrás para acelerar obras do PAC (Folha de SP) 06/01/10**

Capacidade de endividamento da estatal é elevada em mais R\$ 8,5 bi em 2010

Empresa, que tem papel central na campanha de Dilma, pode dar garantia em empréstimos para projetos em que atua em consórcio

LEILA COIMBRA  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A EletoBrás começa o ano com plano de investimento recorde de R\$ 30,2 bilhões até 2012, anabolizada por projeto de fortalecimento de sua musculatura financeira realizado no último trimestre pelo governo. Uma série de medidas feitas pela União turbinou a estatal para que ela cumpra neste ano todos os compromissos com as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

A EletoBrás tem papel central na campanha da provável candidata do governo à Presidência, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o que exige da empresa fôlego financeiro.

Para a criação dessa "Nova EletoBrás", o CMN (Conselho Monetário Nacional) autorizou a empresa a elevar sua capacidade de endividamento em mais R\$ 8,5 bilhões em 2010, passando do limite anterior de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 12,04 bilhões; o governo editou medida provisória (nº 466, depois transformada em lei) estabelecendo compensações para as empresas de energia do Norte controladas pelas EletoBrás.

Segundo cálculos da área financeira da estatal, isso provocará uma redução de R\$ 840 milhões anuais em custos de compra de combustíveis para abastecer os sistemas isolados (distribuidoras de eletricidade de Acre, Amazonas, Alagoas, Piauí, Rondônia e Roraima, que estão sob controle da estatal). Oficialmente, a EletoBrás disse que não ia se pronunciar sobre o seu plano de investimentos nem sobre as medidas realizadas recentemente.

A União também publicou decreto permitindo que a estatal possa dar garantias financeiras em empréstimos para projetos em que ela atua em consórcio, o que antes era proibido pela legislação. E, por fim, houve a decisão do Conselho de Administração da companhia de realizar um aumento de capital de R\$ 11,77 bilhões nas subsidiárias da EletoBrás.

Essa operação provocará economia de R\$ 2 bilhões por ano em juros que as subsidiárias pagavam para a EletoBrás. A estatal deixará de ganhar esse dinheiro, mas as companhias ficarão mais saudáveis, e a EletoBrás contará com o recebimento de dividendos de R\$ 30 bilhões nos próximos dez anos, segundo estimativas feitas pela área financeira da empresa.

**Oferta**  
Para garantir a oferta de energia nos próximos anos, o governo aposta nas usinas do rio Madeira, em construção, mais a hidrelétrica de Belo Monte e a usina de Angra 3, cujas obras não começaram. Esses são os principais projetos de energia do PAC e, juntos, somam investimentos de R\$ 43,5 bilhões, sendo R\$ 20 bilhões para as usinas do Madeira (em que a EletoBrás detém 40%); R\$ 16 bilhões para Belo Monte (cuja licitação está prevista para 2010 e onde a estatal deverá participar com até 49% do consórcio) e R\$ 7,5 bilhões para Angra 3 (nesse caso, a lei exige controle exclusivo da estatal). As linhas de transmissão necessárias para interligar as usinas do Norte do país aos centros consumidores estão orçadas em mais R\$ 20 bilhões.

O BNDES é outro agente fundamental para garantir a aplicação recorde de recursos em obras de infraestrutura em 2010. O banco já liberou R\$ 6,6 bilhões em financiamento para a construção da usina de Santo Antônio, e outros R\$ 7,2 bilhões estão previstos para Jirau. Para Angra 3, o banco deverá emprestar R\$ 4,5 bilhões.

## **Decreto deve facilitar crédito para estatais (Folha de SP) 06/01/10**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo federal liberou as empresas estatais a oferecerem garantias financeiras em empréstimos para projetos em que atuam em consórcio, o que antes era proibido. A medida dará fôlego às obras do PAC em ano eleitoral.

O decreto 7.058, publicado no "Diário Oficial" da União do dia 30 de dezembro de 2009, beneficia particularmente empresas envolvidas nos projetos de infraestrutura e de energia e de desenvolvimento do pré-sal, como a EletoBrás e a Petrobras.

Com o decreto, a EletoBrás poderá adquirir empréstimos mais baratos no BNDES para financiar obras vultosas, como o complexo hidrelétrico do Madeira, a usina de Belo Monte e a construção da usina nuclear de Angra 3.

A legislação anterior não permitia que a estatal utilizasse em empréstimos garantias financeiras, mas apenas fiança bancária, o que encarecia demais a operação, segundo explicou um técnico do Ministério da Fazenda.

De acordo com o decreto, para obter as garantias financeiras as companhias deverão explorar atividades econômicas em mercado com presença de concorrente privado.

## **Painel Regional (Folha de SP) 06/01/10**

MARCELO TOLEDO (interino) - painelregional@uol.com.br

### **Conta rejeitada**

O prefeito de Jaboticabal, José Carlos Hori (PPS), teve pedido de recurso negado pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado) e, com isso, suas contas de 2007, penúltimo ano de seu primeiro mandato, continuam rejeitadas. A rejeição aconteceu porque sua administração aplicou 23,4% do Orçamento daquele ano na área da educação, quando o mínimo exigido pela Constituição é de 25%. As contas serão enviadas para a Câmara de Jaboticabal, onde serão novamente avaliadas pelos vereadores. Na Casa, o prefeito tem maioria para aprová-las novamente. Se aprovadas, serão enviadas mais uma vez para o tribunal. O prefeito não foi encontrado para comentar o assunto.

**Cargos.** Hori criou dois novos cargos na prefeitura, que custarão R\$ 130 mil ao ano para os cofres públicos. Os cargos de secretário da Indústria, Comércio e Turismo e chefe de gabinete foram criados em dezembro e seus titulares serão anunciados no próximo dia 19.

**Copa...** A prefeita de Ribeirão, Dárcy Vera (DEM), quer correr contra o tempo para apresentar os documentos necessários para a cidade ser uma das subsedes da Copa de 2014. Termina na sexta o prazo estabelecido pelo Estado.

...2014. Em seu blog, a prefeita disse que fez uma "força-tarefa" com nove secretários para levantar todas as informações, que incluem volume de chuvas dos últimos cinco anos, pontos turísticos, rede hoteleira e um DVD sobre a cidade. Os documentos das cidades interessadas serão encaminhados a um comitê da Fifa para análise.

**Energia.** São Carlos não sabe se conseguirá inaugurar ainda neste ano a Cidade da Energia, como foi inicialmente previsto pela prefeitura. A primeira fase da obra, a duplicação da Guilherme Scatena, vicinal de acesso ao local, não foi iniciada nem tem previsão de começar.

**Eleição.** Outro complicador é o ano eleitoral. Em junho, encerra o período de transferência de recursos da União e do Estado. De acordo com a assessoria do prefeito Oswaldo Barba (PT), a preocupação não é com datas, mas em executar o projeto.

**Saneamento.** O Daae de Araraquara vai autorizar o adiamento da drenagem do lodo na Estação de Tratamento de Esgoto. A empresa contratada terá mais 90 dias para fazer a limpeza. O prazo para a entrega terminava em 28 de fevereiro, mas foi estendido para 30 de maio, por causa das chuvas.

Com JEAN DE SOUZA, ADEMIR TERRADAS e JULIANA COISSI

## **Painel (Folha de SP) 06/01/10**

SILVIO NAVARRO (interino) - painel@uol.com.br

### **Agenda emergencial**

Convocada pelo presidente Lula para a próxima quarta-feira, a reunião com ministros, governadores e prefeitos dedicada às primeiras definições do PAC da Copa-2014 e do PAC 2 dividirá as atenções com os estragos causados pelas chuvas no país -especialmente no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e em São Paulo. Uma das medidas será direcionar mais recursos do Minha Casa, Minha Vida para áreas de calamidade. Também se articula agilizar a liberação dos R\$ 4,8 bi previstos para macro e microdrenagem.

Além disso, na terça, a presidente da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho, deverá receber prefeitos de municípios em situação de alerta para discutir a liberação de crédito emergencial.

-----  
Fonte. A lista de possíveis vias de socorro também inclui pedidos de linhas de crédito do BNDES para reconstruções em cidades do Rio e São Luiz do Paraitinga (SP).

Conta. No Senado, deverá ser aprovada em fevereiro uma emenda constitucional, em fase final de tramitação na CCJ, que cria o Fundo Nacional de Defesa Civil para casos de calamidade pública. Os recursos sairiam de uma fatia de impostos arrecadados.

Dono da bola. Com o PAC da Copa perto de sair do forno, já se prevê no Palácio do Planalto um novo round na disputa pela paternidade de obras em São Paulo. Citam como exemplo a construção de um monorail ligando o aeroporto de Congonhas à estação de metrô do Jabaquara. Dos R\$ 3,5 bi estimados, a União financiará R\$ 1,2 bi.

Na cozinha. Apesar da pressão de aliados para que Dilma Rousseff intensifique as viagens aos finais de semana, uma ala do PT acha temerário que ela se descole de todo de suas funções na Casa Civil. O argumento é que, antes de rodar país em campanha, a ministra deve se livrar de pendências, como obras travadas por falta de licenciamento ambiental. Por exemplo, a usina de Belo Monte (PA).

Agulhas. Lula levou o acupunturista chinês Gu Hanghu, que trata das suas dores no ombro, para a praia de Inema (BA), onde passa férias.

Empurra. Para evitar que o desgaste causado com militares pelo terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos possa cair no colo de Dilma, aliados da ministra têm afirmado que quem levou o decreto para Lula foi Franklin Martins (Comunicação Social).

Sem fim 1. Derrotado na eleição à presidência do PT do Rio, Lourival Casula encaminhou ontem carta à direção nacional do partido na qual volta a lançar suspeitas sobre a vitória do deputado Luiz Sérgio, da ala pró-Sérgio Cabral. Casula defendia a candidatura do prefeito Lindberg Farias (Nova Iguaçu), que já jogou a toalha, ao governo.

Sem fim 2. Luiz Sérgio ironiza: "O padrinho já reconheceu a derrota. Já o afilhado continua fazendo pirraça".

Subliminar. Na primeira reunião do ano, anteontem no Rio, a Executiva Nacional do PSDB discutiu sobre dificuldades de caixa para a campanha. A principal queixa foi contra empresas e bancos que lançaram peças publicitárias usando o governo Lula como garoto-propaganda.

Afagos. O PSDB marcou novo encontro, no final do mês, em Minas. Oficialmente, a reunião será para prestigiar o vice-governador Antonio Anastasia, candidato de Aécio Neves. Mas há quem veja a caravana como a primeira tacada para se voltar a falar na chapa "puro-sangue".

Apócrifo. Tucanos, aliás, andam irritados com um vídeo que circula na internet intitulado "Quero Dilma", simulando uma peça de campanha, com trilha sonora e imagens da candidata, além de ataques ao PSDB.

-----  
com LETÍCIA SANDER e MALU DELGADO

Tiroteio

"Eu gostaria muito de ver o Kassab cobrando publicamente o Serra pela redução dos investimentos de contenção de enchentes."

-----  
De EDINHO SILVA, presidente do PT de São Paulo, sobre a afirmação do prefeito, segundo quem é preciso corrigir "enormes distorções que aconteceram na cidade nas últimas décadas" para sanar enchentes.

Contraponto

Bons votos

Enquanto passava a virada do ano na praia de Mangaratiba (RJ), o ministro Edison Lobão (Minas e Energia) foi surpreendido por sucessivas quedas de energia no hotel. A cada intervalo no escuro, a piada no local era que se tratava de mais um apagão:

-De novo? Outro apagão?-, brincavam os hóspedes.

Após a passagem do ano, quando a presença de Lobão, que rotineiramente jogava cartas com amigos, foi propagada, surgiu o coro da virada, para tirar o sossego do constrangido ministro:

-Feliz 2010! Mas sem apagão!

## **Terceirizados terão vínculo com empresa onde prestam serviço (Folha de SP) 06/01/10**

Projeto de lei do governo prevê que tomadores do serviço responderão por obrigações trabalhistas

EDUARDO CUCOLO  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Os trabalhadores terceirizados passarão a ter vínculo de emprego com as empresas nas quais prestam serviço, de acordo com projeto de lei proposto pelo Ministério do Trabalho. O objetivo é regulamentar a terceirização no país. A proposta também proíbe a contratação de serviços terceirizados na atividade principal da empresa.

De acordo com a versão preliminar do projeto, que ainda precisa passar pela Casa Civil antes de seguir para o Congresso, as empresas "tomadoras de serviço" vão responder solidariamente pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias, entre outras previstas no contrato de trabalho, inclusive no caso de falência da empresa prestadora de serviços.

Segundo o Ministério do Trabalho, hoje a empresa se responsabiliza apenas subsidiariamente pelo trabalhador e não há regras definidas para a contratação ou prestação de serviço terceirizado no país. Agora, a configuração de vínculo de trabalho seguirá os requisitos que já são previstos na CLT para todos os trabalhadores contratados diretamente.

As empresas onde o serviço é prestado terão de controlar, mensalmente, o pagamento de salários e o recolhimento do FGTS e da contribuição previdenciária por parte da empresa que presta o serviço terceirizado, segundo a proposta. Responderão também por danos -decorrentes de acidentes de trabalho- causados aos trabalhadores.

No ano passado, reportagem da Folha revelou que o próprio governo federal é alvo de golpes de empresas prestadoras de serviços, que agem de forma padronizada. Vencem os pregões do governo, cumprem parte do contrato e depois quebram ou desaparecem.

A União acaba respondendo pelas dívidas trabalhistas na Justiça. O Tribunal Superior do Trabalho tem posição firmada de que o Estado responde pelas dívidas deixadas pelas empresas que contrata.

### **Direitos**

O projeto prevê ainda que o trabalhador terá os mesmos direitos previstos na convenção ou nos acordos coletivos de trabalho celebrados pelo sindicato da categoria profissional preponderante da empresa tomadora de serviços, desde que sejam mais benéficos que os da sua própria categoria.

Se o acordo coletivo prevê, por exemplo, salário para os empregados da empresa tomadora superior ao do trabalhador terceirizado, essa empresa terá de complementar o valor por meio de abono.

O projeto foi divulgado pelo governo após reunião com representantes de seis centrais sindicais, entre elas, a Central Única dos Trabalhadores, a União Geral dos Trabalhadores e a Força Sindical. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, informou, por meio de sua assessoria, que estava negociando havia um ano e meio o projeto.

## **Braskem-Quattor terá de ser vigiada, diz ex-titular do Cadê (Folha de SP) 06/01/10**

Incorporação criará uma megapetroquímica, que dominará o mercado

AGNALDO BRITO  
DA REPORTAGEM LOCAL

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) terá de patrulhar a megapetroquímica a ser criada a partir da incorporação pela Braskem de todos os ativos da Quattor caso a instituição aprove um dos maiores negócios entre grupos industriais brasileiros. A Petrobras e o Grupo Odebrecht -sócios na Braskem- preparam o anúncio da aquisição dos ativos da Quattor, empresa controlada até agora pela família Geyer.

A nova empresa terá receita superior a R\$ 25 bilhões por ano e dominará todas as quatro centrais petroquímicas existentes no país, além de 100% da produção nacional de polietileno, polipropileno e PVC, resinas usadas numa infinidade de produtos de consumo, de automóveis a utensílios domésticos.

Segundo Ruy Coutinho, ex-presidente do Cade e titular da SDE (Secretaria de Direito Econômico) do Ministério da Justiça durante a gestão FHC, a inédita operação de concentração do setor petroquímico é "preocupante" e requererá fiscalização firme do Cade para evitar danos ao mercado local.

"Do ponto de vista econômico, a operação será benéfica. Criará uma empresa forte no mercado internacional. O mais importante, entretanto, será o monitoramento do comportamento da nova empresa, observar a conduta, fazer um patrulhamento para averiguar se não haverá abuso de posição dominante", disse. Hoje, existem 11 mil transformadores, clientes de resinas plásticas.

Especialista em direito da concorrência, Coutinho explica que as dimensões da operação suplantam os limites de 20% de domínio sobre um mercado, percentual a partir do qual o Cade considera relevante a possibilidade de exercício de "posição dominante".

Para ele, a concentração na petroquímica será mais polêmica do que a vista em casos como o da AmBev (no mercado de cerveja), a fusão de Nestlé e Garoto (chocolate) ou o da disputa entre CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) e a Vale do Rio Doce pelo controle da Mina Casa de Pedra, localizada em Congonhas (MG). Nesses casos, diz Coutinho, o Cade determinou a cessão de ativos.

#### Interesse nacional

Há possibilidade de ser usada, pela primeira vez, a alegação de interesse nacional para justificar a concentração de mercado brasileiro. Segundo Coutinho, que presidiu a comissão que elaborou a atual lei brasileira antitruste (8.884/ 94) no governo FHC, o Estado criou uma brecha para viabilizar concentrações de mercado quando houver "motivo preponderante da economia nacional". Na história do Cade, essa alegação jamais foi usada.

Coutinho lembra que o artigo 54, parágrafos 1º e 2º da lei 8.884, foi criado para essa finalidade. Mas alega que a aplicação é condicionada ao cumprimento de três de seis exigências, entre as quais a divisão equitativa de ganhos obtidos com a concentração entre sócios e consumidores.

#### Anúncio

Detalhes do acordo final de acionistas entre Petrobras e Braskem barraram o anúncio ontem da operação de aquisição da Quattor. A estatal, que deverá ter pouco menos de 50% do controle, negociava direitos de veto no acordo a partir do qual se assentará o modelo de governança corporativa da nova empresa. A previsão é que o anúncio ocorra a qualquer momento. Toda a estrutura de divulgação já está montada.

Segundo a Folha apurou, o acordo para a compra das ações de controle da Quattor das mãos da família Geyer, o principal entrave da negociação até então, já foi fechado. A família deverá receber valor "pouco inferior" a R\$ 900 milhões, segundo pessoa que acompanha as negociações, o que inclui as ações e o prêmio pelo controle.

## **Bancos antecipam as previsões de alta da taxa Selic para abril (O Estado de SP) 06/01/10**

Aquecimento da economia leva grande parte das instituições e consultorias financeiras a rever projeções

Raquel Landim, Leandro Modé

O aquecimento da economia brasileira levou instituições financeiras e consultorias a antecipar as projeções para o início do ciclo de alta da taxa básica de juros (Selic) em 2010. Antes, grande parte do mercado apostava que o aperto monetário começaria no segundo semestre. Hoje, a maioria dos analistas vê elevação da Selic a partir de abril - há até quem preveja um juro mais alto já em março.

O Relatório de Inflação, divulgado pelo Banco Central (BC) no dia 22 de dezembro, foi o fator mais recente a contribuir para a tendência. O BC deixou os especialistas preocupados com o ritmo do consumo e da utilização da capacidade instalada da indústria. "O BC usou muitos advérbios fortes no texto. Até aquele momento, o mercado praticamente descartava uma subida em março", comentou um analista. A Selic está hoje em 8,75% ao ano, menor nível da história do País.

Em setembro de 2009, o boletim Focus, síntese de um levantamento sistemático feito pelo BC com o mercado, apontava que a alta do juro básico só começaria em outubro, com 0,25 ponto porcentual. Nos últimos três meses, os analistas adiantaram o início do aperto. Em outubro de 2009, projetavam alta de juros em junho de 2010. No fim de dezembro, as estimativas apontavam aumento de 0,50 ponto porcentual em abril.

"O último Relatório de Inflação colocou o gato em cima do telhado", disse o diretor de Pesquisas Econômicas do Bradesco, Octavio de Barros. Ele prevê que o BC começará a elevar os juros em abril e a Selic atingirá 11,75% no fim de 2010. "Quanto mais cedo começar, mais chance de ter um aperto monetário menor", completou.

Barros ressaltou que o consumo das famílias e os gastos do governo vão crescer muito e o déficit externo previsto (resultado principalmente do aumento de importações) não será suficiente para conter a pressão inflacionária. As previsões do Bradesco para o investimento apontam alta de 20% em 2010, o que incrementaria a capacidade da indústria. "Só que, no curto prazo, investimento é demanda."

#### INFLAÇÃO

A principal dúvida que persiste é o comportamento dos índices de inflação, que vieram mais fracos que a expectativa - o que poderia permitir ao BC esperar mais alguns meses antes de subir a Selic. O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), da Fundação Getúlio Vargas, fechou o ano com queda de 1,72%. O mercado esperava deflação de 1,4%.

O economista-chefe do Itaú Unibanco, Ilan Goldfajn, acredita que o ciclo total de elevação da Selic alcançará 2,75 pontos percentuais - ou seja, a taxa encerraria 2010 em 11,50%. A primeira alta, nas contas dele, ocorrerá em março e as outras em abril, junho e julho. A estimativa foi feita em novembro.

O economista-chefe do JP Morgan, Fábio Akira, é outro que vê um aperto monetário já a partir de março. Ele enumera uma série de razões: o nível de utilização da capacidade da indústria está acima da média em alguns setores, o crescimento da demanda é robusto, os juros estão baixos e a política fiscal foi relaxada. "Entramos em 2010 crescendo forte. Algo vai ter de ser reduzido e não há sinais de um ajuste fiscal."

Para o estrategista-chefe do West LB, Roberto Padovani, o último Relatório de Inflação dá recados ao mercado, ao apontar para a ociosidade dos fatores "remanescentes" da economia e sinalizar que o governo está preocupado com a capacidade da indústria. "Se o BC já está temeroso, aumenta a probabilidade de que os juros subam mais cedo", disse.

O ex-diretor do BC e economista-chefe do Banco Santander, Alexandre Schwartzman, diz que o BC foi mais duro no Relatório de Inflação do que havia sido na ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). "O BC indicou, com suas projeções para inflação, que provavelmente o limite para elevar o juro é o meio deste ano". Schwartzman prevê a primeira alta da Selic em julho. Para o fim de 2010, sua expectativa é de uma taxa em 10,75% ao ano.

## NÚMEROS

11,75 %

é a previsão do Bradesco para a taxa de juro no fim de 2010

10 %

é a previsão do Bradesco para o crescimento dos gastos do governo e do consumo das famílias neste ano

20 %

é a previsão para a alta dos investimentos em 2010

## **Estatais darão garantia a bancos (O Estado de SP) 06/01/10**

Entraves impediam financiar grandes empreendimentos

Adriana Fernandes, Fabio Graner

### BRASÍLIA

O governo retirou os entraves legais que impediam a Eletrobrás e a Petrobrás de oferecer garantias nos empréstimos contratados aos bancos para financiar grandes empreendimentos de infraestrutura do País, como as usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira.

A autorização para as empresas estatais darem as garantias nos projetos feitos em parceria com a iniciativa privada, as chamadas Sociedades de Propósito Específico (SPE), visa a reduzir os custos dos investimentos.

Impedidas de dar as garantias exigidas pelos bancos, as estatais eram obrigadas a contratar um seguro ou mesmo oferecer carta-fiança para se contrapor à falta de garantias, o que tornava o empreendimento mais caro. Já as empresas do setor privado não têm essa restrição.

A flexibilização das regras foi autorizada em decreto publicado no Diário Oficial da União, no fim do ano passado, e detalhado ontem pelo Tesouro Nacional. Segundo o subsecretário de Política Fiscal do Tesouro, Marcus Aucélio, as estatais federais só podiam oferecer garantias para empreendimentos feitos por controladas ou subsidiárias.

O decreto estende a permissão somente para as Sociedades de Propósitos Específicos. "A medida vai ajudar principalmente as obras do setor elétrico", disse Aucélio. O pedido de mudança nas regras partiu do Ministério de Minas e Energia, que endossou uma reivindicação dos empreendedores privados que participam dessas grandes obras de infraestrutura.

De acordo com as empresas, as dificuldades de conceder garantias acabavam prejudicando o cronograma das obras, já que atrasavam a liberação de financiamentos bancários. Além disso, os consórcios acabavam pagando mais pelos financiamentos ou tinham que adiantar recursos próprios, o que, de qualquer forma, representava aumento dos custos dos empreendimentos.

## **As armadilhas da política ambiental (O Estado de SP) 06/01/10**

Josef Barat\*

A Conferência de Copenhague - como as anteriores sobre a preservação ambiental e mudanças climáticas - apresentou muitos fracassos e alguns avanços. O mais importante é que a formulação de políticas ambientais se pautou pelas dificuldades e pelos compromissos resultantes das peculiaridades dos países. Assim, importa considerar: o estágio de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país, a disponibilidade e diversidade dos recursos naturais e o nível de consciência da sociedade e do governo sobre preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

A combinação desses três fatores resulta em graus ainda maiores de diferenciação. Considere, a título de exemplo, três situações. Um país com alto nível de desenvolvimento social e tecnológico, recursos naturais muito restritos, mas com uma população educada e consciente, adotará políticas inovadoras e ousadas para preservar o ambiente pouco favorecido. É o caso dos países nórdicos e de Israel. Já um país industrializado e com algum domínio tecnológico, contemplado com ampla disponibilidade de recursos naturais, mas com população precariamente educada e/ou de baixo nível de consciência coletiva, tenderá a perpetuar padrões de crescimento predatório. Legará para os pósteros desertos e recursos hídricos dilapidados, cenário que se prenuncia provável para Brasil e Rússia.

Outra situação é a de um país muito pobre, sem recursos naturais (ou com eles já arruinados) e baixíssimo nível de educação e consciência ambiental. Neste caso, a degradação ampla já chegou e nada resta a fazer, senão a ajuda humanitária e a tentativa de restaurar algo do que já foi destruído. É o caso de grande número de países africanos.

Em vista disso, fica claro que Copenhague só terá tido avanços significativos se houver a compreensão de que existem políticas de alcance mundial - resultantes de compromissos assumidos por todos - e aquelas de âmbito nacional, decorrentes do grau de consciência ambiental de um país. Assim, a fixação de limite global para a emissão de gases que produzem efeito estufa, além do melhor monitoramento da quantidade de carbono lançada pelo país na atmosfera, diz respeito ao interesse do planeta.

Para conter o aquecimento a 2°C, o mundo poderá emitir até 1,8 trilhão de toneladas de gases estufa no século 21. Estudos afirmam que, se o atual ritmo das emissões não mudar, esse limite será ultrapassado já em 2030. Se o Brasil se comprometer a reduzir emissões, estará se pautando por um objetivo de escala mundial. É natural que os países que mais poluem devam estabelecer metas de redução proporcionais à sua contribuição. Portanto, faz sentido um "espaço global de carbono", com limites de emissões para países desenvolvidos, emergentes e pobres.

Mas outro tema - que não se enquadra por inteiro nessa lógica - põe o País numa posição delicada. Trata-se da longa tradição histórica de basear o crescimento na utilização predatória dos recursos humanos e naturais. Todos os ciclos de crescimento, desde os tempos coloniais, basearam-se na dilapidação do ambiente natural que lhe dava sustentação, acarretando seu rápido esgotamento. A própria industrialização foi predatória em relação aos recursos naturais e ao ambiente urbano. Nesse sentido, cabe questionar a postura dúbia assumida por nossos governos com relação à devastação sistemática da Amazônia. Se, em outros ciclos, a mata atlântica foi perdida e já se perde o cerrado e o pantanal, o que fazer com a Amazônia? Teremos uma política de longo prazo que nos coloque na vanguarda mundial da contenção do desmatamento? Teremos o aproveitamento sustentável, por meios tecnológicos modernos? Um estudo abrangente feito por 11 instituições de pesquisa mostra que, se o Brasil não adotar um modelo de crescimento "limpo" - com a agravante das anunciadas mudanças climáticas -, estarão comprometidas, entre outras, as disponibilidades de áreas de plantio, recursos hídricos e geração de energia elétrica.

Defender a Amazônia é, antes de tudo, preservar a riqueza da sua biodiversidade. É ela que irá assegurar grande agregação de valor à economia nacional. Destruída a Amazônia, seremos certamente mais pobres e teremos unidades das Forças Armadas defendendo um deserto sem valor. Além disso, teremos gastos incalculáveis com a defesa civil nas calamidades do Sudeste e do Sul. Temos de ter consciência de que a responsabilidade é nossa. Não podemos transferi-la aos países "ricos".

\*Josef Barat, economista, consultor, presidente do Conselho de Desenvolvimento das Cidades da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, foi diretor da Anac

## **Chuva provoca 51 pontos de alagamento e fecha Congonhas (O Estado de SP)**

### **06/01/10**

21 das áreas inundadas, como a Av. Aricanduva, eram intransitáveis; todas as regiões da cidade foram afetadas e aeroporto parou por 50 minutos

Damaris Giuliana, Marcela Spinoza

São Paulo entrou em estado de atenção às 20h45 de ontem mais uma vez por causa da chuva. A situação de alerta só foi encerrada às 23h35. O Centro de Gerenciamento de Emergências (CGE) registrou até as 23 horas 51 pontos de alagamentos. Desse total, 21 eram intransitáveis e 30, transitáveis. Todas as regiões foram prejudicadas. O Aeroporto de Congonhas, na zona sul, fechou para pousos e decolagens por 50 minutos, das 20h44 às 21h34.

A Marginal do Pinheiros ficou interditada na altura da Ponte Engenheiro Roberto Rossi Zuccollo, no sentido Interlagos. O bairro mais atingido foi Pinheiros, zona oeste, que registrou 13 pontos de alagamento. Na zona leste, a situação mais grave foi na Avenida Aricanduva. Na zona oeste, o trânsito ficou complicado na Avenida Francisco Matarazzo. A chuva também deixou pessoas ilhadas, alagou casas e provocou queda de energia.

A chuva voltou a alagar o Jardim Romano, na zona leste, que sofre com enchentes desde o último dia 8. Bombas retiraram a água acumulada nas ruas, mas a região voltou a encher. De acordo com Maria Cícera da Silva, moradora da área, não choveu muito na região, mas já foi suficiente para encher as ruas que tinham sido bombeadas. "A água está baixinha, mas ,se chover a noite inteira, amanhã vocês vão ver tudo como antes", previu. "Nas outras ruas, está tudo cheio, tudo igual. Um cheiro horrível."

A dificuldade maior foi para quem estava de carro. Depois dos Jardins, que teve pontos de alagamentos em vias importantes, como na Avenida Brasil com a Rua Gabriel Monteiro da Silva, a Mooca, na zona leste, foi a segunda região mais atingida. Foram oito locais alagados, entre eles um na Avenida Alcântara Machado com o Viaduto Guadalajara.

A chuva também provocou a queda de uma muro em via pública na Rua João José de Arimateia, na Vila Formosa, na zona leste. Segundo a Defesa Civil, ninguém ficou ferido. A chuva também afundou o asfalto da Rua Luís de Montora, em Cidade Líder, zona leste.

Na Pompeia, zona oeste, a chuva, além alagamentos, provocou queda de energia. A reportagem não localizou representantes da AES Eletropaulo para saber quando a energia seria religada.

### **CRATERA**

As fortes chuvas de anteontem abriram uma cratera na pista sentido centro da Avenida 9 de Julho, entre os Viadutos Martinho Prado e Major Quedinho. Com a pressão provocada pela água na galeria pluvial, uma grelha se soltou e arreventou o asfalto, provocando alagamento. Duas faixas foram interditadas. A faixa da esquerda, exclusiva para ônibus, foi liberada para todos os veículos.

Segundo a Subprefeitura da Sé, a obra de recuperação será concluída até sábado. Em entrevista à Rádio Eldorado, o prefeito Gilberto Kassab (DEM) disse que o rompimento não foi um problema estrutural. "Foi evidentemente uma fatalidade." Segundo o supervisor de Manutenção da Subprefeitura da Sé, Laerte Carnachioni Junior, houve rompimento da grelha de ferro e do concreto. "A galeria é pequena para o volume de água de uma chuva como a de ontem (anteontem). Ela teria de ser maior para evitar esse tipo de problema." Em 2004, no mesmo trecho, uma enorme cratera se abriu por causa de chuvas.

Moradores da região reclamam também da falta de limpeza. "Virou um rio", disse o funcionário público Washington Gonçalves, que mora em um prédio em frente ao buraco. "O volume de águas foi fora do normal, mas já há algum tempo não limpam essa galeria", disse. O técnico de drenagem da Subprefeitura, Percílio de Oliveira, afirma que a limpeza das galerias é feita com frequência, mas o número de equipes foi reduzido nos últimos anos. "A limpeza está fraquíssima", afirmou Oliveira. A Subprefeitura confirmou que apenas uma equipe trabalha na limpeza manual de galerias e bocas de lobo e quatro equipes de limpeza mecanizada retiram o lixo. "Além da programação normal", quando há chuvas, o trabalho "é feito imediatamente".

Colaboraram Ana Bizzotto e Renato Machado

## **Etanol já perde da gasolina em 20 Estados (O Estado de SP) 06/01/10**

Apenas em sete Estados abastecer com álcool ainda é mais vantajoso

Marcelo Rehder

Com a escalada dos preços do etanol nas bombas de combustível nos últimos meses, já é mais vantajoso abastecer o carro flex com gasolina em 20 Estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal. Apenas em sete Estados vale a pena usar o etanol: São Paulo, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Pernambuco e Tocantins.

Segundo especialistas, rodar com etanol deixa de ser vantajoso quando o preço do litro do combustível exceder 70% o da gasolina. Pesquisa divulgada ontem pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostra que, entre os dias 27 de dezembro e 2 de janeiro, a relação entre o preço médio do etanol e o da gasolina superava os 70% em 20 unidades da Federação.

O número dobrou desde o fim de outubro, quando o etanol não era competitivo com a gasolina em dez Estados. De acordo com a ANP, o valor mais alto cobrado do consumidor é de R\$ 2,158 o litro, na média dos preços de 26 postos pesquisados em Roraima. O valor corresponde a 80% do preço médio do litro da gasolina, de R\$ 2,695.

Na maioria dos Estados onde ainda é mais vantajoso abastecer o carro com etanol, o preço está perto do limite. Em São Paulo, maior produtor de álcool do País, e também o maior centro consumidor, os postos cobram em média R\$ 1,670 por litro do etanol e R\$ 2,432 pela gasolina, uma relação de 76,8%.

"Em São Paulo, nos postos que trabalham com produto honesto hoje não é mais interessante para o cliente abastecer com álcool o carro flex", diz o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro), José Alberto Paiva Gouveia.

Segundo ele, o consumidor ainda encontra álcool barato no mercado porque "há postos desonestos". "Mas é aquele álcool que o cara usa comprando sem pagar imposto, misturando mais água do que deve, entre outras maracutaias."

Para Gouveia, a alternativa mais viável para conter a alta dos preços seria o consumidor exercer seu direito de deixar de usar o produto. "Se cai o consumo, o preço também cai."

### **QUANDO É MAIS VANTAJOSO**

Para fazer a escolha mais econômica, a conta é simples: basta multiplicar o preço da gasolina por 0,7. Se o resultado for menor do que o valor do litro do álcool, sai mais barato abastecer com gasolina.

No mercado, a principal explicação para a disparada dos preços seria o aumento da produção de açúcar para exportação, em detrimento do álcool. Desde julho, os preços subiram cerca de 30%.

A quebra da safra na Índia, segundo maior produtor mundial, desencadeou uma disparada dos preços no mercado internacional, incentivando produtores brasileiros a ampliar a produção de açúcar. "Contribuiu, mas não foi o principal", diz o representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única) em Ribeirão Preto (SP), Sérgio Prado. Para ele, a alta foi puxada pelo aumento do consumo. Além disso, as usinas deixaram de produzir 1,8 bilhão de litros, equivalente a mais de um mês de consumo nacional (1,4 bilhão de litros) por causa de problemas na colheita relativos ao excesso de chuvas.

## **Senado já reabilita 'farras das passagens' (O Estado de SP) 06/01/10**

Na virada do ano, Mesa liberou uso da cota restante de 2009 em 2010

Leandro Colon, Rosa Costa

Em mais uma manobra silenciosa, a Mesa Diretora do Senado concedeu aos senadores um benefício em ano eleitoral: a possibilidade de usar a verba de passagem aérea que não foi utilizada em 2009. Essa prática havia sido proibida num ato aprovado em abril do ano passado que criou novas regras para o uso dos bilhetes depois do escândalo conhecido como "farras das passagens".

No dia 17 de dezembro, a Mesa Diretora recuou e autorizou os senadores a usar a sobra de 2009 em 2010, aumentando a cota num ano em que 54 das 81 cadeiras do Senado serão renovadas nas eleições de outubro. A decisão foi publicada no Diário Oficial do Senado no dia 22, nas vésperas do recesso parlamentar.

Assinaram a medida o presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), e os senadores Serys Slhessarenko (PT-MT), Heráclito Fortes (DEM-PI), Mão Santa (PSC-PI), Patrícia Saboya (PDT-CE) e Gerson Camata (PMDB-ES), integrantes da Mesa Diretora. Desses, apenas Sarney - eleito em 2006 - não disputa a reeleição este ano.

A alegação para o recuo é que os senadores ainda não se acostumaram com as novas regras. O texto do ato administrativo argumenta que a decisão anterior "não previu período de transição". A medida explica que "os créditos da verba de transporte aéreo disponíveis em 31 de dezembro" poderão ser usados em 2010. O ato de abril do ano passado - revogado agora - era claro: "Não haverá acumulação de um exercício financeiro para o seguinte."

Essa decisão, que teoricamente serviria para dar mais transparência ao uso das passagens, estabeleceu que os senadores teriam direito a uma cota mensal de cinco bilhetes de ida e volta entre Brasília e seu Estado de origem. A previsão era reduzir de R\$ 15 milhões para R\$ 11 milhões a despesa com esse benefício numa estratégia para diminuir o desgaste político após as denúncias de abuso e de mau uso dos bilhetes pelos parlamentares. Outro item aprovado em abril e jamais cumprido é a divulgação, na internet, desses gastos com passagens. Procurada para se pronunciar sobre o assunto, a Secretaria de Comunicação Social do Senado não respondeu até o fechamento da edição.

A manobra da Mesa Diretora na véspera do recesso de fim de ano segue uma rotina do Senado de não avançar nas mudanças internas após um ano recheado de escândalo envolvendo servidores, senadores e o próprio presidente José Sarney, foco da crise dos atos secretos revelados pelo Estado no dia 10 de junho. A reforma prometida pelo senador, ao assumir o comando da Casa há quase um ano, fracassou e não foi votada. Sarney agora promete apreciá-la em plenário no primeiro semestre deste ano.

O presidente do Senado e o primeiro-secretário, Heráclito Fortes, ignoraram ainda auditoria feita em 34 contratos de terceirização que apontou sobrepreços de mais de 30%, falta de projetos básicos, nepotismo e excesso de funcionários. Em vez de realizar novas licitações, o Senado prorrogou os contratos sob suspeita. São mais de R\$ 55 milhões por ano em serviços renovados.

Petróleo:

## **Petrobras evita comentar compra de parte da Galp (Valor Econômico) 06/01/10**

Cláudia Schüffner, do Rio

A notícia de negociações para compra dos 33,34% detidos pela italiana Eni no capital da petroleira portuguesa Galp pela Petrobras não foi negada nem confirmada pela estatal brasileira. A negociação esbarra em algumas questões técnicas como o direito de preferência dos atuais sócios, que vale até 2013, sendo que até o fim de 2010 nenhum deles pode vender ou comprar mais ações. A partir de 2011 até 2013 os sócios só podem vender suas ações em bloco, oferecendo a parte de um para o outro. O interesse primordial da Petrobras é a distribuição de combustíveis e refino na Europa. A Galp é sócia da estatal em quatro blocos no pré-sal da bacia de Santos: Tupi (10%), Júpiter (20%), Bem-Te-Vi (10%) e Caramba (20%), sendo o restante das parcerias em blocos terrestres de bacias maduras.

O controle da Galp é dividido pela Amorim Energia, do comendador Américo Amorim, e pela Eni Spa, cada uma com 33,34%. A Caixa Geral de Depósitos tem 1%, a Parública tem 7% e 25,32% estão pulverizados no mercado. Em termos de controle, a Eni tem participação maior, já que a Amorim Energia tem como acionistas outras empresas e pessoas físicas, entre elas a estatal angolana de petróleo Sonangol e membros da família do presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, que está no poder há mais de 30 anos. Os angolanos são sócios da Esperaza Holding BV que por sua vez tem 45% da Amorim Energia.

A notícia de uma provável negociação para a Petrobras tornar-se acionista da Galp surpreendeu o economista Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra Estrutura, que não vê razões financeiras ou econômicas para tal operação, que não foi levada adiante em 2005.

"A Galp é uma empresa inexpressiva, tem apenas 10% de Tupi e como acionista não manda nada. É uma parceira interessante e não entendo porque a Petrobras quer investir no exterior quando tem tanto trabalho para fazer aqui", avalia Pires.

A Galp não aparece no ranking da Petroleum Intelligence Weekly das 50 maiores companhias de petróleo do mundo em 2008, último dado disponível. A Petrobras ocupa a 15ª posição, melhor colocada que a Eni, que está em 21º lugar. O valor de mercado da Galp ontem subiu para € 10,6 bilhões em função das notícias de aquisição pela Petrobras. Procurada, a assessoria da Galp disse que não comenta questões relacionadas a seus acionistas.

Os contratos futuros do petróleo nos Estados Unidos fecharam em alta ontem pela nona sessão seguida, amparados pelo tempo frio na véspera da divulgação do relatório semanal de estoques americanos do produto, que devem mostrar queda nas reservas de petróleo e derivados na semana passada. Com o tempo mais frio, o consumo de óleo para aquecimento aumenta nos EUA.

Em Nova York, o contrato de fevereiro subiu 26 centavos de dólar, ou 0,32%, para encerrar o dia cotado a US\$ 81,77 por barril. Em Londres, o contrato também fevereiro do Brent subiu 47 centavos de dólar, fechando o pregão a US\$ 80,59 por barril.

Estatais:

## **Tesouro transfere ao BNDES direito de receber dividendos da Eletrobrás (Valor Econômico) 06/01/10**

Arnaldo Galvão e Danilo Fariello, de Brasília

O Tesouro transferiu ao BNDES direito do governo de receber R\$ 3,5 bilhões em dividendos devidos pela Eletrobrás. Com isso, o governo conseguiu avançar no cumprimento de sua meta de superávit primário de 2009, em 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Por parte da empresa, porém, pouco mudou para que ela resolva um imbróglio que carrega desde os anos 60. A Eletrobrás tem retidos mais de R\$ 10 bilhões em dividendos de acionistas e, sem quitá-los, tem dificuldades para aumentar seu capital e investir.

Nas complicadas negociações entre BNDES, Tesouro e Eletrobrás, o dilema é conciliar duas pesadas obrigações da empresa. Há investimentos bilionários previstos no Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), mas também R\$ 6 bilhões de superávit primário a cumprir em 2009. Dessa maneira não sobra espaço para os direitos dos acionistas - desses, muitos minoritários.

Uma possibilidade de solução seria Tesouro e BNDES elevarem suas participações no capital da Eletrobrás ao transformar em ações seus créditos em dividendos, mas o banco de fomento exige que, para isso, a empresa passe ao Nível 2 de governança da bolsa de valores. Isso significa muito mais transparência da gestão. E, com o aumento da dívida nas mãos do BNDES, essa alteração se torna ainda mais necessária.

Com a mudança, a dívida da Eletrobrás com o controlador (o Tesouro) caiu de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 2,7 bilhões. O crédito a que o BNDES tem direito subiu de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 5,3 bilhões. Os minoritários continuam com direito a receber R\$ 2 bilhões da empresa.

A assessoria da Eletrobrás reafirmou que a direção da empresa "tem todo o interesse em quitar os dividendos retidos o mais rápido possível e que continua negociando com o acionista majoritário". Além disso, informou que uma das suas metas é ser listada no Nível 2 da BM&FBovespa. As normas de divulgação impostas às empresas de capital aberto impedem manifestação de representantes da Eletrobrás enquanto a negociação estiver em andamento.

Havia uma grande expectativa também de que a publicação da Medida Provisória nº 478, em 30 de dezembro, resolvesse a antiga pendência da Eletrobrás, mas isso não ocorreu por enquanto. Mas foi o artigo 12 da MP que abriu espaço para a venda pelo Tesouro ao BNDES de dividendos das estatais relativos a exercícios encerrados até 31 de dezembro de 2009, explica o subsecretário de Política Fiscal do Tesouro, Marcus Aucélio. A transferência do crédito foi feita integralmente, sem deságio. Ele é corrigido por taxa Selic.

Por conta da expectativa com o pagamento dessa dívida, no ano passado a ação da Eletrobrás foi alvo de forte especulação.

Num ano de crise econômica mundial, a primeira decisão do governo foi reduzir de 3,3% para 2,5% do PIB a meta de superávit primário do setor público em 2009. Depois, conseguiu aprovar no Congresso que o Programa Piloto de Investimentos (PPI), cujos pagamentos podem ser descontados da meta fiscal, fosse acrescido do PAC. Nessa conta, ficou definido limite de R\$ 28,5 bilhões para ser descontado. Uma terceira manobra foi publicar medida provisória que transferiu da Caixa Econômica Federal ao Tesouro bilhões de reais em depósitos judiciais antigos.

Gás: Indústria Brasileira de Vasilhame recebeu R\$ 30 milhões de investimentos e vai produzir 400 mil unidades por ano

## **Zahran investe em fábrica de botijões (Valor Econômico) 06/01/10**

Josette Goulart, de São Paulo

Ueze, presidente do grupo Zahran, estima em R\$ 3 bilhões o potencial do mercado de botijões novos devido ao grande déficit do produto no Brasil: "Isso sem contar o segmento de reposição"

O grupo Zahran, que é dono da distribuidora de gás de cozinha Copagaz, investiu R\$ 30 milhões em uma fábrica de botijões para atender a demanda de sua própria distribuidora, que ainda precisa requalificar 900 mil botijões dos sete milhões que possui hoje em circulação. A nova empresa do grupo é a Indústria Brasileira de Vasilhame (Ibrava) e, de acordo com o presidente do grupo Ueze Zahran, o próximo passo é buscar clientes em todo o mercado.

Com a instalação da fábrica, o grupo passa a operar em toda a cadeia de produção de gás liquefeito de petróleo (GLP, o chamado gás de cozinha), já que engarrafa e distribui por meio da Copagaz e requalifica os vasilhames por meio da NHL. A nova fábrica foi inaugurada em dezembro, no município de Monte Mor, próximo a Campinas, no interior de São Paulo, e a expectativa é de que no primeiro ano produza cerca de 400 mil unidades.

Na avaliação da empresa, existe hoje um déficit de cerca de 32 botijões no país. Isso acontece porque o Brasil possui apenas 100 milhões de botijões em circulação, mas para garantir o abastecimento do consumidor o cálculo é de que para cada residência abastecida outros quatro precisam estar de reserva. Esse déficit geraria um mercado potencial de R\$ 3 bilhões, sem contar o mercado de reposição.

A Copagaz é hoje a principal empresa do grupo e a decisão de construir a fábrica de botijões foi tomada em função do gasto elevado com o programa de requalificação de vasilhames e ainda em função da segurança na reposição daqueles sucateados. De acordo com Zahran o Brasil possui 100 milhões de botijões que devem ser testados a cada dez anos e o índice dos que são sucateados depois disso é de 8% a 9%. "A questão de segurança no transporte de botijões com gás é muito séria e tem um alto custo", afirma Zahran. "Se um caminhão desse sofre um acidente, atinge um raio de 200 metros ao seu redor", completa.

Mercado: Carreira deve decolar este ano com a perspectiva de retomada dos IPOs no Brasil.

## **Novas oportunidades surgem no horizonte dos executivos de RI (Valor Econômico) 06/01/10**

Por Roberta Lippi, para o Valor, de São Paulo

Alexandre Quintão coordena a equipe de RI da Petrobras, uma das maiores do Brasil, com cerca de 40 profissionais. Eles foram do ápice ao abismo nos últimos dois anos. Mas, passada a fase da turbulência, os profissionais de relações com investidores (RI) estão retomando o fôlego e, ao que tudo indica, as perspectivas são bastante positivas para este ano. O que já se sabe, porém, é que o cenário mudou e quem quiser atuar na área terá de se adequar às novas cobranças.

Mesmo que haja uma retomada dos IPOs (ofertas públicas iniciais de ações) no Brasil conforme previsto pelo mercado, as perspectivas dos especialistas mostram um panorama bem diferente do boom de 2007, quando 63 empresas abriram capital na Bolsa de Valores (BM&FBovespa), o maior volume de ofertas públicas já realizadas no país. Desta vez, observa-se um mercado mais maduro, crítico e sem aquele clima de euforia vivido há dois anos. Afinal, se a crise que assolou a economia mundial em 2008 e 2009 teve efeitos positivos, um deles certamente foi a maior atenção das empresas quanto às práticas de governança corporativa e às relações estabelecidas com o mercado.

Esse amadurecimento chegou também à profissão de relações com investidores. Para atender às regras cada vez mais duras estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e também para lidar com os investidores e analistas, que dobraram sua capacidade crítica e o nível de exigência, os RIs precisam estar afiados. Para conquistar o respeito desses públicos, é preciso apresentar uma postura diferenciada, boas habilidades de comunicação e relacionamento e conhecimento profundo sobre a empresa que representam. "O gerenciamento de risco estratégico, operacional e financeiro hoje está na pauta dos investidores. O RI tem que saber muito bem o que a empresa está fazendo", diz o diretor executivo do Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri), Geraldo Soares, que é também superintendente de RI do Itaú Unibanco.

A onda positiva que paira sobre o Brasil e atrai os investimentos estrangeiros deve ajudar quem atua na área. "O mercado para profissionais de RI é muito propício. O ano de 2010 será uma grande oportunidade e acho que faltarão profissionais qualificados", diz o headhunter Renato Bagnolesi, diretor da área de recrutamento de executivos da consultoria Robert Wong, referindo-se especialmente às posições de nível mais alto (diretores e superintendentes).

Passar as mensagens certas aos analistas e investidores não é tarefa fácil. É preciso ter jogo de cintura, transparecer confiança e, ainda, saber fazer o jogo político necessário. E são nesses profissionais que o mercado está de olho. A vantagem é que hoje eles estão em um número maior do que se via em 2007. Naquele ano, os poucos profissionais experientes em RI foram disputados a tapa enquanto outras posições que surgiam eram preenchidas por gente "importada" da tesouraria, da controladoria, do planejamento financeiro e de outros departamentos internos. A escassez se dava tanto para as posições de diretores experientes como nas funções mais operacionais, ocupadas por analistas. Com isso, houve duas consequências: os salários dos RIs explodiram, reagindo à lei da oferta e da demanda, e muita gente despreparada acabou assumindo a posição.

Já no segundo semestre de 2008 e no primeiro de 2009, com a turbulência mundial e praticamente o congelamento das aberturas de capital, aquela euforia se desfez e o espaço para muitos RIs se fechou. Enquanto algumas companhias de menor porte que não foram bem-sucedidas em seus IPOs acabaram eliminando as posições de RI, outras empresas voltaram a deixar a função a cargo de um executivo financeiro ou de outra área. "Qual é o verdadeiro compromisso dessas empresas que reduzem a equipe de RI junto ao mercado de capitais?", pergunta o diretor do Ibri.

Esta, por sorte, não foi a regra geral. As organizações que já se destacavam no mercado de capitais, como a Petrobras, identificaram que o momento para se relacionarem bem com o mercado era mais relevante do que nunca. "O trabalho de RI é tão importante na bonança como na crise", diz o gerente coordenador de RI da petrolífera, Alexandre Quintão. "Nós ampliamos a atuação e o trabalho se manteve forte durante a crise, porque é muito importante explicar para o acionista tudo o que está acontecendo."

A equipe de relações com investidores da Petrobras é uma das maiores do Brasil, com cerca de 40 profissionais. Quinze deles atendem os investidores individuais, outros oito os institucionais e ainda existem duas gerências de apoio. A maioria foi formada dentro de casa, conforme a política de contratação de funcionários por meio de concurso público. Boa parte da equipe está capacitada para se revezar no atendimento ao investidor, afinal a companhia faz apresentações para públicos diferentes quase que diariamente- dos grandes traders até os aposentados. Em alguns casos, são realizados três "road shows" (apresentações para investidores) ao mesmo tempo, em diferentes lugares do Brasil. Se lidar com analistas não é fácil, imagine ter 30 deles, brasileiros e estrangeiros, cobrindo a empresa diariamente.

Quem passa pela área de relações com investidores costuma se gabaritar para alçar voos maiores, já que a função exige um conhecimento amplo sobre todos os segmentos da companhia. "As perspectivas para quem trabalha nessa área são enormes", completa o gerente da Petrobras, que está na empresa há 10 anos e, quando entrou, nem sabia o que era RI. A equipe, na época, tinha apenas quatro pessoas. Com experiência em banco e um MBA em finanças, Quintão foi parar na área porque era a única que tinha vaga na diretoria financeira. Hoje, a situação se inverteu e há uma fila de interessados em atuar em RI a cada vez que abre uma vaga interna.

Gustavo Estrella, diretor de relações com investidores da CPFL, também destaca o nível de exposição de quem atua no ramo. "Você precisa chegar com uma bagagem técnica muito grande e, além disso, desenvolver a forma de se comunicar com o mercado. A área torna o profissional bem completo", diz o executivo, que saiu do planejamento financeiro para atuar em RI há dois anos. O departamento na companhia de energia conta atualmente com 10 pessoas, sendo um coordenador e, o restante, analistas. Para ele, a grande mudança no perfil dos executivos de RI após a crise foi o aumento da exigência sobre o conhecimento dos profissionais. "Demanda-se agora uma preparação muito maior para conseguir, com argumentos, mostrar que a sua empresa tem perspectivas claras de crescimento", explica. "Hoje temos que ter mais profundidade para passar credibilidade para os analistas e investidores."

Soares, do Ibri, prevê melhorias qualitativas para o RI em 2010. Ele acredita que haverá um aumento dos "road shows" no exterior, não apenas nos Estados Unidos. Além disso, espera-se um crescimento das reuniões da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec) no Brasil e, ao que tudo indica, mais profissionais de RI atuando no mercado devido ao previsto aumento do número de IPOs.

Aprender lidar com investidores estrangeiros também é uma atribuição importante dos RIs, dado que o volume de recursos estrangeiros aplicados em empresas brasileiras não para de crescer- inclusive de mercados que há pouco tempo não apareciam, como Oriente Médio e Ásia (Cingapura, Hong Kong e Japão). Uma enquete realizada pelo Ibri revela que 6% dos "road shows" no exterior já são realizados nesses países asiáticos.

Para o profissional que atende a investidores estrangeiros, além de falar fluentemente outros idiomas e ter disponibilidade para viajar, o jogo de cintura tem que ser ainda maior em razão da complexidade dos mercados lá fora, especialmente o americano. "Esses analistas acompanham não só o Brasil como Rússia, China e Europa, e fazem perguntas comparativas. Por isso, o profissional de RI tem que entender também quais são as empresas de referência no mundo que o mercado está olhando", diz o headhunter Jorge Maluf, da Korn/Ferry. Maluf não percebeu reação deste mercado em 2009, mas acredita que a procura por especialistas em RI deva crescer em 2010. Sem a mesma febre do passado, evidentemente, já que é pouco provável que um volume grande de empresas pequenas se arrisque a abrir capital na Bolsa. O especialista em recrutamento de executivos também não acredita que haja uma nova inflação dos salários, já que agora há mais profissionais experientes trabalhando na área.

Na visão de Maluf, o principal papel do profissional de RI é garantir que o papel da empresa esteja bem precificado e, para isso, ele precisa ser dotado de duas habilidades: entender o que o investidor pensa e conhecer muito bem os direcionamentos estratégicos e valores da organização. Segundo ele, é preciso entender claramente como a companhia gera valor - se é, por exemplo, no capital de giro, no gerenciamento de custos ou na gestão da carteira de clientes. "Será que o investidor está valorizando tudo aquilo que deve ser valorizado?", questiona o headhunter, lembrando que os RIs também devem ser capazes de mobilizar estruturas internas da companhia para que haja sintonia entre a estratégia e as informações que são passadas para o mercado.

Na Fesa, consultoria da área de recrutamento de executivos, já foi percebido um aumento da demanda tanto por profissionais exclusivos de RI como por diretores financeiros que tenham habilidades para acumular a função. "O número de empresas se preparando para abrir capital já é razoável e, obviamente, elas precisarão de um RI", diz Patrícia Gibin, diretora da área na consultoria. O perfil mais demandado, por enquanto, tem sido o de gente que já tenha participado de uma abertura de capital. "Neste momento, há profissionais com essa experiência disponíveis, mas se o volume de IPOs começar a crescer fortemente, não vamos conseguir ser tão exigentes nas contratações."

Fundos de pensão: Entidade reduziu a menos da metade déficit atuarial

## **Ações ajudam Eletros a recuperar perda de 2008 (Valor Econômico) 06/01/10**

Janes Rocha, do Rio

O diretor financeiro da Eletros, Sylvio Murad: "Tanto a renda fixa quanto a renda variável tiveram um rendimento estupendo" no ano passado

Com o bom desempenho do mercado de ações em 2009, a Fundação Eletrobrás de Seguridade Social (Eletros) recuperou boa parte das perdas registradas em 2008, reduzindo pela metade o déficit atuarial, de R\$ 108 milhões para R\$ 51 milhões. Fundo de pensão dos empregados da Eletrobrás, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e do Centro de Pesquisa Energética (Cepel), a Eletros encerrou o ano com aproximadamente R\$ 2,5 bilhões em patrimônio total - em novembro, último dado disponível.

Porém, as análises macroeconômicas que dão suporte às decisões de investimentos do fundo apontam para a necessidade de ampliar as apostas na renda variável para garantir a aposentadoria de seus 2.626 participantes, dos quais 1.743 já aposentados e pensionistas. Além destes, o instituto acaba de incorporar, em dezembro, os mais de 250 funcionários da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que presta serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético.

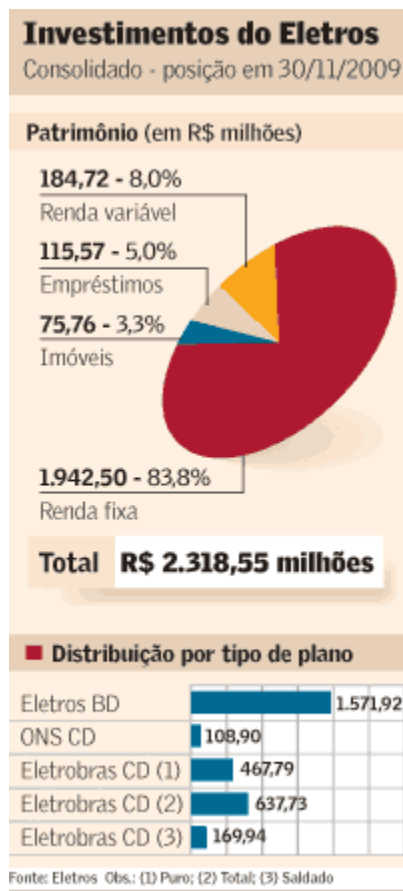
"Tanto a renda fixa quanto a renda variável tiveram um rendimento estupendo", afirma Sylvio Murad, diretor financeiro da Eletros, satisfeito com o resultado do ano que passou, mas já preocupado com a dificuldade que vem pela frente.

"Esperamos um ano mais apertado em 2010", disse Murad, referindo-se à cada vez mais difícil tarefa de cumprir as metas atuariais dos planos administrados diante da redução da rentabilidade dos títulos públicos e dos ativos de renda fixa em geral, pela queda das taxas de juros reais.

A gestão da Eletros tem sido a mais conservadora possível. Os cinco fundos geridos pela fundação (um de benefícios definidos e os demais de contribuições definidas) têm a maior parte de seu patrimônio aplicada em ativos de renda fixa. O maior deles, o de benefício definido da Eletrobrás, com quase R\$ 1,6 bilhão em patrimônio, tem 88% aplicados em renda fixa, basicamente títulos públicos de longo prazo. A participação da renda fixa nos demais está na faixa de 70% a 80%. A rentabilidade do patrimônio ficou em 14,9% no ano até novembro.

A postura ultraconservadora no caso do fundo de benefício definido se justifica pelo perfil dos participantes, em que o número de inativos (1.627) é o dobro de ativos (447), explica Murad. Mas também foi orientada para a solução do déficit atuarial que havia superado os R\$ 100 milhões e tinha que ser revertido. "Adotamos um posicionamento no fim de 2008

de aproveitar o soluço do mercado em que as taxas de juros aumentaram e, naquele momento, nos posicionamos em títulos de longo prazo".



Essa tática se estendeu por 2009 que, por fim, foi um ano melhor que o esperado tanto pelo desempenho dos ativos de renda fixa quanto dos de renda variável. "Hoje o Ibovespa ultrapassou os 70 mil pontos. Ninguém imaginava, no fim de 2008, marcar esse nível de pontos e isso explicou nossa alocação conservadora na carteira de renda variável", afirma Murad. Para 2010 Murad diz que não pretende mudar muito a estratégia mesmo podendo ampliar os investimentos em ações e projetos de infraestrutura, possibilidade aberta pela Resolução 3.792 do Conselho Monetário Nacional e regulamentado pela Secretaria de Previdência Complementar.

"Nós olhamos muito o índice de referência IBX que tem os setores de petróleo e mineração como principais em sua composição", explica. No entanto, diz, a gestão dos investimentos em ações não deve ressaltar tanto estes segmentos e sim os que a área de análise do fundo vê como de melhores perspectivas de rentabilidade: varejo, alimentos, construção e todos os que estão mais relacionados com o "desempenho da economia doméstica". Quanto aos projetos de infraestrutura, que estão sendo analisados atentamente pelos fundos de pensão de maior porte, o diretor financeiro da Eletros disse que vê com "cautela". "Um trem bala, por exemplo, necessita de um esforço adicional de análise para o nosso tamanho."

## Ex-diretora da Aneel critica falta de transparência de decisões do setor (Valor Econômico) 06/01/10

Josette Goulart, de São Paulo

Joísa Dutra: "O impacto das decisões do comitê na sociedade é muito maior que o impacto das decisões do Copom" Depois de quatro anos e dois mil processos administrativos relatados, a economista Joísa Dutra deixou na semana passada a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ela foi a única mulher a ocupar o cargo na história da agência e fez parte de uma lista seleta de poucos diretores da Aneel sem formação em engenharia. Sendo economista, ao sair, uma de suas principais críticas é à falta de transparência do Comitê de Monitoramento do Setor

Elétrico (CMSE), que discute toda a produção (ou a falta) de energia do país. Uma espécie de espelho do que é o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), que decide os rumos da política monetária do país.

"O impacto das decisões do CMSE na sociedade é muito maior que o do Copom", diz Joísa. "O Copom publica uma ata dez dias depois da reunião, ou seja, editam os pontos discutidos, aprimoram os fundamentos para que uma frase mal colocada não gere interpretações errôneas. Então, é razoável pensar que o comitê do setor elétrico devesse fazer o mesmo."

Pela Aneel, apenas o diretor-geral tem assento no CMSE. Hoje esse papel é exercido por Nelson Hubner, que foi ministro de Minas e Energia ligado à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e que, ao assumir o cargo no início do ano passado foi tido como uma nomeação política pelos agentes do setor. A questão política preocupa a ex-diretora da agência, que diz que este momento, em que o papel de fiscalização da Aneel é tão questionado - seja pela questão das tarifas, seja pelos apagões -, é justamente quando o órgão precisa se firmar como independente. Mas também é preciso contratar pessoal, afirma Joísa. Ela diz que não há capital humano suficiente para fazer uma fiscalização adequada, o que deixa a Aneel vulnerável.

Em seu tempo na Aneel, Joísa teve a experiência de conviver com a administração de dois diretores gerais. Na gestão de Jerson Kelman ela diz que a agência passou por um momento de consolidação, junto com as novas regras do setor, e que o governo manteve a postura de aceitar e manter a independência da agência. Nesse sentido, ela acredita que o governo teve também agora o mérito de permitir que duas indicações técnicas fossem feitas, com a recondução de Edvaldo Santana à diretoria, e a nomeação do advogado Julião Coelho que assumiu ontem o cargo deixado por Joísa.

Sob a batuta de Hubner, Joísa acredita que a Aneel vá mudar pois o atual diretor-geral entende que a agência é uma organização e que as estruturas internas de governança precisam ser alteradas. O segmento de distribuição será o de maior transformação, segundo ela. A discussão do momento gira em torno das tarifas e a possível alteração dos contratos das distribuidoras para mudar a forma de cálculos da chamada parcela A, em que são contabilizados os custos com compra de energia e encargos do sistema.

A mudança virá também pelo uso de novas tecnologias que vão alterar a forma de medição do consumo. Segundo Joísa, a agência terá o papel de levar o consumidor para a mesa de negociação e isso será possível dando a oportunidade de o consumidor fazer suas escolhas sob o incentivo de tarifas por horário de consumo.

A ex-diretora agora terá pela frente um período de quarentena, de quatro meses. Depois disso ela voltará para a academia, mais especificamente para a Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Desde que entrou na Aneel, em 2006, ela diz que o momento mais marcante foi vivido em 2007 quando a agência decidiu impor o teste de disponibilidade das usinas de Uruguaiana, Cien e Petrobras, o que evidenciou a falta de gás no país e gerou uma crise. No início do ano seguinte, uma declaração considerada infeliz por Joísa foi dada à imprensa por Kelman, que aventou a possibilidade de um racionamento, já em função da questão da falta de gás em conjunto com a falta de chuvas. "A declaração mostrou uma posição cautelosa dele, mas a função da Aneel não era essa e sim a de informar o problema ao responsável pela questão, no caso o CMSE."

Infraestrutura: Programa que isenta obras de PIS e Cofins cresceu e renúncia pode ir a R\$ 4 bi

## **Desoneração já beneficia 244 projetos (Valor Econômico) 06/01/10**

Arnaldo Galvão, de Brasília

Paulo Godoy, da Abdib: setor privado negocia com o governo a inclusão do setor de petróleo e gás no regime especial O Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) teve, em 2009, um grande salto no número de empresas habilitadas a receber o benefício da suspensão, por cinco anos, das contribuições PIS e Cofins. Juntos, os dois tributos têm carga de 9,25% sobre o faturamento. Essa desoneração está autorizada, pela Receita Federal, para 244 projetos. No ano passado, foram publicadas 246 habilitações de pessoas jurídicas, número que é 248% maior que as 99 concedidas em 2008. Dos 244 projetos, 226 são investimentos em energia e 18 na área de transportes, principalmente rodovias. A legislação também admite iniciativas em portos, saneamento básico e irrigação.

No conjunto dos 226 projetos do setor de energia, a Receita desonerou de PIS e Cofins investimentos em geração, distribuição e transmissão. No caso da geração, há três grandes hidrelétricas, Santo Antonio e Jirau, ambas no Rio Madeira (RO) e Estreito (TO). Além dessas, as usinas São Domingos (MS) e Barra do Braúna (MG). O Reidi também beneficia 67 pequenas centrais hidrelétricas, 29 termelétricas, quatro eólicas e a usina termonuclear Angra 3.

O subsecretário de Tributação da Receita, Sandro de Vargas Serpa, comenta que o Reidi foi criado em 2007 pela Lei 11.488, mas deslanchou no ano passado. "Foi um verdadeiro boom. O regime já deu certo e o número de habilitações prova isso", diz.

Com base nos 244 projetos aprovados até 31 de dezembro de 2009, a renúncia fiscal prevista para 2010, segundo Serpa, é de aproximadamente R\$ 4 bilhões das contribuições PIS e Cofins que deixarão de ser pagas pelos investidores. Mas os números mudam diariamente, de acordo com a publicação das novas habilitações. Para o subsecretário, isso não é pouco, porque o Reidi contempla apenas a desoneração de PIS e Cofins, cuja carga no regime não cumulativo é de 9,25% sobre o faturamento.

O Reidi é reconhecido como um sucesso também pelo setor privado e o próximo passo na defesa dos interesses dos investidores é incluir o segmento de petróleo e gás. É o que revela Paulo Godoy, presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), "Agora, queremos que seja incorporado o setor de petróleo e gás, o que também pode ocorrer por meio da ampliação do Repetro."

Essa reivindicação não conta com o apoio de Serpa, mas, de acordo com Godoy, já começou a ser discutida por representantes da Abdib com o governo, BNDES, Petrobras e toda a cadeia produtiva. Para a associação do setor, os tributos são elementos importantes para agregar valor à cadeia produtiva, o que vai permitir fabricar cada vez mais itens no Brasil. "É preciso um tratamento tributário especial se o país quer esse desenvolvimento da indústria nacional", defende o presidente da Abdib.

Com a descoberta das reservas de petróleo na camada pré-sal, o Brasil tem a perspectiva de tornar-se um grande exportador. Por outro lado, essa enorme riqueza também vai trazer o risco da "doença holandesa", o que significa transformar um país em grande importador de bens, porque sua moeda ficaria excessivamente valorizada, inviabilizando a indústria nacional, segundo preocupação do setor empresarial.

Na visão de Serpa, a ampliação do Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens para Pesquisa e Lavra de Petróleo e de Gás (Repetro) ou a simples inclusão do setor de petróleo e gás no Reidi é uma reivindicação do setor privado que ainda não chegou a ele, mas já está contemplada. A Medida Provisória (MP) nº 472, publicada em 16 de dezembro, criou o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste (Repenec).

O Repenec é mais abrangente que o Reidi porque suspende PIS, Cofins, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Importação para máquinas, equipamentos e material de construção usados nesses investimentos das áreas petroquímica, refino de petróleo e produção de amônia e ureia. "Não vejo sentido em um Repenec nacional", comenta o subsecretário.

A MP 472, na avaliação do subsecretário, também atendeu à reivindicação dos empresários ao ajustar o Reidi. Foi alterado o critério para o início da contagem do prazo de cinco anos da suspensão de PIS e Cofins nos investimentos em infraestrutura. Agora, o que vale é a publicação da habilitação na Receita, o que vem, naturalmente, depois da aprovação do projeto nos respectivos ministérios. Os projetos que já tinham sido habilitados antes dessa mudança também vão ganhar o tempo correspondente, segundo João Hamilton Rech, coordenador de Tributos sobre Produção e Comércio Exterior da Receita Federal.

O Repetro foi criado pelo Decreto nº 3.161, de 3 de setembro de 1999, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com base na Lei nº 9.478 de 6 de agosto de 1997. De acordo com essas normas, ficam desonerados de tributos federais o fornecimento de bens para a exploração e produção de petróleo e gás natural.

Godoy reconhece que o Reidi é uma antiga reivindicação do setor e está sendo muito positivo. Na sua avaliação, o regime vem funcionando bem em energia e já há um padrão de operação. "Criou-se uma rotina e o enquadramento ficou mais rápido, deixando de ser o problema que havia no início", admite.

A característica mais importante para o Reidi, na opinião de Godoy, é que a desoneração de PIS e Cofins nesses investimentos em infraestrutura é considerada na fórmula da tarifa, o que representa ganhos para toda a sociedade. "Todos os leilões posteriores ao Reidi incorporaram esses benefícios. Isso vale para hidrelétricas, termelétricas e eólicas", ressalta.

Se o Reidi vai bem para 226 projetos em energia e também está beneficiando 18 investimentos em transportes, o presidente da Abdib lamenta que no setor de saneamento há mais atraso, porque os ministérios das Cidades e da Integração Nacional ainda não definiram as respectivas normas.

A manutenção do consumo garantiu a recuperação da atividade econômica

## **Lorde Keynes e a política anticíclica de Vargas e Lula (Valor Econômico)**

**06/01/10**

Sandro Renato Maskio

A manutenção do consumo garantiu a recuperação da atividade econômica

Passado pouco mais de um ano após a crise que abalou o mercado financeiro internacional, a intervenção do governo mostrou-se importante para amenizar os impactos causados na atividade econômica, tão demandada nas semanas em que os mercados se mostraram mais desorientados frente às incertezas da dimensão que seus efeitos assumiriam.

Essa crise foi comparada com a de 1929. Decorrida da deflação de ativos no mercado financeiro americano, ela afetou a estrutura patrimonial de empresas, famílias e bancos, provocando forte retração na atividade produtiva. Inevitavelmente, seus efeitos atingiram a vulnerável estrutura produtiva brasileira da época, largamente dependente das relações externas e da monocultura agrícola do café.

A redução dos fluxos de exportação e o recuo do preço do café promoveram a queda da capacidade de importar; expuseram o já então endividado setor cafeeiro aos riscos da falência e geraram repercussões negativas sobre o fluxo de capitais e a taxa de câmbio na economia brasileira, no início dos anos 30 do século passado.

Num primeiro momento, as ações do governo Vargas centraram-se na ampliação dos gastos públicos para manutenção da atividade econômica. Contribuíram com essa linha de atuação as renegociações da dívida dos cafeicultores, evitando um aperto de liquidez mais forte. Essas ações sustentaram a renda do setor cafeeiro, garantindo mínimas condições para a recuperação da atividade.

Ao examinar essas ações, algumas décadas depois, Celso Furtado as classificou como uma política de cunho keynesiano.

Frente a esse ambiente gerado pela crise econômica, as incertezas e as dificuldades dos "policy makers" em estruturar políticas econômicas, John Maynard Keynes revolucionou a interpretação sobre os fatores condicionantes da dinâmica econômica. O núcleo de sua interpretação envolveu a discussão do conceito que denominou de demanda efetiva, sendo essa a propulsora da atividade econômica, incentivando o empresário por meio da expectativa de escoamento da produção realizada.

Na interpretação keynesiana, essa seria composta pelo impulso ao consumo e ao investimento, capazes de formar um ciclo virtuoso garantidor da expansão produtiva, ou provocar uma recessão quando se mostrasse insuficiente para absorver o fluxo produzido. Principalmente nos períodos em que o setor privado não se mostrasse capaz de sustentar a demanda efetiva, Keynes defendeu a intervenção do estado para garantir a manutenção da atividade econômica, diferentemente da interpretação neoclássica hegemônica desde fins do século XIX. Em sua interpretação original, ressaltou que não interessaria ao estado assumir a propriedade dos meios de produção, mas sim deter capacidade de incentivar a alocação de recursos econômicos, inclusive privados, para estimular a demanda efetiva.

Para complementar a sua política, Vargas deu início na década de 30 ao Programa de Industrialização por Substituição de Importação, impulsionando a formação de uma estrutura produtiva mais complexa nas décadas seguintes, que foram marcadas por forte crescimento econômico.

Guardadas as devidas proporções que caracterizam os períodos, o atual governo anuncia a proeza de ter se recuperado com razoável rapidez dos efeitos da crise de 2008. As ações que estimularam a atividade econômica nesse período estão vinculadas à expansão dos gastos públicos, garantia de manutenção do consumo por meio da distribuição de renda (Fome Zero) e redução dos juros e incentivo ao crédito. Assim como na crise de 1929, a manutenção do consumo garantiu a recuperação da atividade econômica em um período mais curto que o observado em outros países.

Entretanto, dada as premissas keynesianas, o estímulo e ampliação do fluxo de investimento também é um componente imprescindível. A ampliação da capacidade de investimento é que garantirá a continuidade de atendimento à demanda, acompanhada da geração de riqueza de emprego.

No período Vargas o desenvolvimento da infraestrutura se mostrava necessário para acelerar o ciclo de industrialização da economia brasileira, que durou pelo menos até o período do Milagre Econômico (1968 - 1973).

A natureza dos desafios estabelecidos pelas características econômicas atuais da economia brasileira é diferente, mas não menos importante e complexa.

Com o novo modelo de desenvolvimento que buscou se estabelecer após a abertura econômica, a atual matriz produtiva carece de capacidade para gerar tecnologias e inovações e tornar-se uma estrutura mais competitiva no cenário internacional. Dentre os poucos exemplos que podemos citar em geração de tecnologia, destacam-se os casos da Embraer e sua relação com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e a Petrobras. Essa é uma lacuna que estamos longe de suprir.

Não obstante, a trajetória de longo prazo da economia brasileira também depende da ampliação da capacidade produtiva e modernização dos setores de infraestrutura no Brasil, como transporte e energia, por exemplo, somando-se ao desafio de longo prazo.

Embora haja uma série de investimentos anunciados para os próximos anos pelo governo, pouquíssimos são direcionados ao desenvolvimento de tecnologia, embora tenham a sua importância.

Os investimentos em infraestrutura do PAC, o potencial estoque futuro de riqueza do pré-sal, os esforços setoriais e regionais para a realização da Copa do Mundo e da Olimpíada, apresentarão seus benefícios e efeitos multiplicadores. Entretanto, nenhum deles foca a ampliação da capacidade produtiva em setores competitivos e/ou estratégicos, e nem a capacidade de geração de tecnologia e inovação.

Se quisermos realmente tornar nossa economia mais progressista e competitiva, temos que ampliar qualitativamente o debate, e ultrapassar discursos eleitorais e políticos, para assumirmos compromissos de longo prazo com a nação.

Sandro Renato Maskio é professor de Economia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, da Universidade Metodista de São Paulo, e economista da prefeitura de Santo André.

## **Pátio da Emdec será desativado com terceirização (Correio Popular) 06/01/10**

Até o final deste ano, Campinas terá novo local para o recolhimento de veículos irregulares, com 40 mil metros quadrados

Gilson Rei

DA AGÊNCIA ANHANGUERA

gilson@rac.com.br

O pátio da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) será desativado até o final deste ano, com a terceirização do serviço para uma empresa particular. Atualmente, cerca de 6 mil veículos irregulares apreendidos no trânsito da cidade ocupam a área, um problema de superlotação que já se tornou crônico nos últimos 11 anos de operação. A terceirização exigirá da futura empresa concessionária a criação de um novo pátio, compatível à demanda de Campinas, que tem uma média de 700 veículos apreendidos por mês.

O processo de mudança já teve início nesta semana com a publicação do aviso de licitação para a escolha da empresa permissionária que realizará a remoção dos veículos, além de operar e gerenciar o novo pátio. O anúncio da concorrência foi publicado na edição do último dia 1 do Diário Oficial do Município (DOM) e prevê também a realização de leilões dos veículos que não forem retirados por seus proprietários pelo vencedor da licitação.

A permissão do serviço será por um prazo de cinco anos e a empresa vencedora deverá se submeter às regras fixadas para esse tipo de atividade pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Entre as principais exigências para a concessão, está uma área de pelo menos 40 mil metros quadrados para realizar os serviços de armazenamento, com toda a documentação legalizada para sua operação (alvarás junto à Prefeitura, Corpo de Bombeiros, exigências ambientais etc). A área do pátio atual é de 26 mil metros quadrados, com mil vagas demarcadas, mas que podem abrigar até 2,3 mil veículos. Atualmente, porém, 5,8 mil estão no local.

Com a terceirização, a Emdec vai deixar de gastar com o aluguel da área atual e com a gestão desse serviço. Além disso, vai começar a receber uma taxa de gerenciamento mensal pela permissão a partir do momento que o novo pátio começar a funcionar. Atualmente, a Emdec desembolsa R\$ 333 mil por ano pelo aluguel e mantém 23 funcionários, entre inspetores de manutenção e técnicos em serviços administrativos (que deverão ser reaproveitados em outras áreas com a desativação do pátio atual). A Emdec deixará de pagar também pelos serviços de guincho de veículos roubados e furtados, que são isentos das taxas de remoção — nesses casos, porém, a remuneração é feita pelo poder público.

COMO SERÁ

O recolhimento e guarda dos veículos são de responsabilidade da autoridade de trânsito. No caso de Campinas, onde a gestão do trânsito é municipalizada, esses serviços são feitos pela Prefeitura, por meio da Emdec. Com a licitação, a Emdec vai transferir a gestão para uma empresa, que prestará o serviço de remoção, operação e gerenciamento do pátio, através de uma permissão.

A operação dos serviços de guinchos é desempenhada atualmente em Campinas por quatro empresas e um profissional autônomo, todos credenciados anualmente. Essas empresas são acionadas pela Emdec quando necessário. O credenciamento é realizado por edital de convocação. Com a terceirização, a empresa vencedora deverá negociar quais empresas deverão prestar o serviço, porém, os valores a serem cobrados para a manutenção do veículo no pátio serão definidos pelo poder público. Além disso, o processo de terceirização prevê vários tipos de guincho para a remoção de pequenos, médios e grandes veículos. Atualmente, a Emdec aciona os guinchos apenas para a remoção de veículos de pequeno porte.

## **Google PowerMeter permite monitorar uso de energia em casa (Estadão Online 19:24h) 05/01/10**

Repórter do Guardian experimentou novo software e contou experiência em blog

Com informações do The Guardian

LONDRES - Não contente com dominar a forma de enviar e-mails, encontrar informações e navegar no mundo real, o Google quer agora gerenciar o uso de energia em cada casa. No espírito de poupar dinheiro e emissões, o repórter do jornal britânico The Guardian Adam Vaughan se inscreveu para ver se o PowerMeter realmente é o futuro. Nos últimos dois meses, o software - que chegou ao Reino Unido em novembro - monitorou e transmitiu de uma página da web o quanto de energia elétrica consome a casa do repórter, que tem três quartos com terraço e é do início de século 20.

"Não tem sido uma experiência totalmente agradável. Ver o meu uso de eletricidade em uma página do iGoogle ao lado do meu e-mail, notícias, RSS e outros elementos às vezes era um lembrete assustador da nossa libertinagem", escreveu Adam Vaughan, no blog Green Living, do Guardian.

De acordo com o repórter, sua casa tipicamente gasta em torno de 150 watts executando um computador, geladeira e um par de luzes, mas, durante o período de teste do PowerMeter, não foi incomum que o consumo pulasse para mais de 3kW (3.000 watts), com as máquinas de lavar roupa e louça ligadas ao mesmo tempo. Em dezembro, o gráfico PowerMeter acusou um consumo alto de 370 kWh. Vaughan lembra que é inverno na Europa. "Felizmente dezembro é provavelmente nosso maior mês de uso de energia, porque é um dos meses mais escuros e no qual ficamos com mais frequência em casa", explica.

Segundo o repórter, olhar o consumo de energia através do Google PowerMeter e mais divertido, se comparado com "a decifração de contas de energia enigmáticas". Enquanto você pode baixar os dados brutos sobre o uso de eletricidade, uma rápida olhada na planilha desconcertante mostrou a importância de uma interface significativa como gráficos PowerMeter's.

Na mesma época, o Google lançou um recurso de comparação para o PowerMeter, através do qual uma pessoa pode comparar o seu consumo próprio com as médias regionais nos Estados Unidos. "O consumo da nossa casa de três quartos com terraço foi descrito como muito bom e semelhante a um apartamento de um quarto, o que não me diz muito, exceto o quão alto é o consumo de energia doméstica nos Estados Unidos", criticou Vaughan.

Para o repórter, talvez o recurso fique mais interessante quanto todos os dados puderem ser compartilhados socialmente - "e os resultados fazerem as pessoas mudarem seus hábitos". E enquanto iGoogle e PowerMeter não permite que você publique seu uso de energia direta para o Twitter ou Facebook, o AlertMe, por exemplo, oferece um 'Swingometer' pessoal para postar uma base do seu uso de energia no Facebook, Twitter ou o seu blog", sugere Vaughan.

## **Cesp PNB fecha com alta de 2,62% (CanalEnergia) 05/01/10**

Light ON encerra em baixa de 2,46%. IEE chega aos 24.601 pontos, com alta de 0,04%  
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Cesp PNB encerrou em alta de 2,62% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 05 de janeiro. Outras ações do Índice de Energia Elétrica fecharam com resultados positivos, como a Cemig PN (1,53%) e a Coelce PNA (1,32%). A Light ON encerrou com baixa de 2,46%, seguida pela Eletrobrás PNB (-1,52%), pela AES Eletropaulo

PNB (-1,47%), pela MPX Energia ON (-1,39%) e pela CPFL Energia ON (-1,21%). O IEE chegou aos 24.601 pontos com alta de 0,04%. O Ibovespa também encerrou em alta, com 0,28%, aos 70.239 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: -1,47%  
AES Tietê PN: 0,21%  
Celesc PNB: 0,56%  
Cemig PN: 1,53%  
Cesp PNB: 2,62%  
Coelce PNA: 1,32%  
Copel PNB: 0,13%  
CPFL Energia ON: -1,21%  
Eletrobrás PNB: -1,52%  
Energias do Brasil ON: 0,77%  
Equatorial ON: 0,79%  
Light ON: -2,46%  
MPX Energia ON: -1,39%  
Tractebel ON: 0,79%  
Terna Participações UNT: 0,03%  
Transmissão Paulista PN: 0,06%

## **Celesc Geração realiza leilão de venda de energia na próxima quinta-feira, 7 (CanalEnergia) 05/01/10**

Serão disponibilizados três produtos com 45, 25 e 20 lotes, respectivamente. Ponto de entrega será submercado Sul Da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

A Celesc Geração realiza na próxima quinta-feira, 7 de janeiro, leilão para a venda de energia proveniente de suas pequenas centrais hidrelétricas. Segundo o edital da companhia, a energia negociada será fornecida por 12 PCHs através de três produtos: o primeiro com 45 lotes, o segundo com 25 lotes e o terceiro com 20 lotes. Cada lote é equivalente a 0,2 MW médios. O ponto de entrega será o submercado Sul.

O preço mínimo será a média do Preço de Liquidação das Diferenças do mês, mais spread que será definido pela Celesc. Os habilitados deverão enviar a proposta de compra por meio do fax (48) 3231-5619 entre às 16 horas e às 16:30 horas. Os compradores poderão fazer mais de uma proposta por produto, com limitação do valor ofertado. A primeira oferta deve ser igual ou maior que o preço mínimo inicial, enquanto os lances seguintes devem ser superior em, pelo menos, R\$ 0,50 acima do lance anterior. Mais detalhes do certame podem ser obtidos no edital, clicando aqui. Confira abaixo a quantidade de energia e o período de fornecimento dos três produtos.

Produto 1: 9 MW médios - 00h 00min do dia 01.12.2009 às 24h 00min do dia 31.12.2009.

Produto 2: 5 MW médios - 00h 00min do dia 01.01.2010 às 24h 00min do dia 31.01.2010.

Produto 3: 4 MW médios - 00h 00min do dia 01.02.2010 às 24h 00min do dia 28.02.2010.

## **Beneficiados pelo Luz para Todos podem ser isentos de conta de luz (CanalEnergia) 05/01/10**

PL em tramitação na Câmara desobriga pagamento e anistia inadimplentes atendidos pelo programa residentes a 20 quilômetros de bancos e lotéricas

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Consumidor

Está em tramitação na Câmara dos Deputados, uma proposta que, se aprovada, resultará em isenção e anistia de pagamento de contas de luz por beneficiários do programa Luz para Todos. No final de outubro, o deputado federal Marcelo Serafim (PSB-AM) apresentou no Plenário da casa proposta que isenta do pagamento das contas de luz pessoas que foram atendidas pelo Luz para Todos e que morem num raio mínimo de 20 quilômetros de distância de agências bancárias, casas lotéricas e bancos postais.

Ao mesmo tempo, o projeto anistia os beneficiários do programa que estejam inadimplentes com as contas de luz - e que, igualmente, residam num raio mínimo de 20 quilômetros de distância de agências bancárias, casas lotéricas e

bancos postais. Em novembro, a proposta foi recebida pela Comissão de Minas e Energia da Câmara e ainda aguarda a definição de um relator.

A justificativa, segundo o parlamentar, é a distância de residências a postos de pagamento, o que dificulta a adimplência. "Se pensarmos nos estados do Norte do Brasil em que as distâncias são continentais e que os meios de transportes são o fluvial e o aéreo, veremos que são enormes as dificuldades nos acessos às instituições financeiras. Para se ter uma idéia, um morador de um distrito qualquer no Amazonas leva em média um dia inteiro para ir ao banco pagar sua conta de luz".

O parlamentar salienta que as contas de luz das pessoas beneficiadas pelo Luz para Todos são subsidiadas pelo governo federal, segundo ele. O projeto, por sinal, está apensado ao projeto de lei 661/2007, do deputado Wellington Fernandes (PR-MT), que propõe a anistia de dívidas de consumidores que foram contraídas no âmbito do Programa Luz no Campo, estabelecido em 1999. Este, porém, já foi analisado e o parecer do relator Fernando Ferro (PT-SP) indicava a aprovação deste tema.

## **Itaipu: acordo com Paraguai sobre compensações financeiras está no Congresso (CanalEnergia) 05/01/10**

Para ser colocada em votação, matéria depende apenas do acordo ser incluído como prioridade pelos parlamentares Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A proposta de redefinição de tarifas dos repasses relacionados à hidrelétrica de Itaipu, que prevê o aumento do repasse ao Paraguai de US\$ 125 milhões para US\$ 300 milhões, está no Congresso Nacional. A proposta inclui ainda um item que autoriza os paraguaios a venderem energia no Brasil, sem a intermediação da Eletrobrás. Além disso, permite que os dois países tenham condições de comercializar a energia de Itaipu em outros mercados a partir de 2023.

Para ser colocada em votação no Congresso Nacional, após o recesso, a matéria depende apenas do acordo ser incluído como prioridade pelos parlamentares. Os técnicos dos ministérios da Fazenda, Minas e Energia, Casa Civil e Itamaraty informaram que as questões não políticas já foram finalizadas. Uma vez aprovada pelo legislativo brasileiro, a proposta deve ser submetida à votação na Câmara e no Senado do Paraguai.

As informações são da Agência Brasil.

## **Nível dos reservatórios do Nordeste atinge 67% do volume armazenado (CanalEnergia) 05/01/10**

Índice está 37,6% acima da curva de aversão ao risco. Sobradinho opera com 67,94% da capacidade, segundo ONS Da Agência CanalEnergia, Noticiário 05/01/2010

A hidrelétrica de Sobradinho opera com 67,94% da capacidade de armazenamento, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última segunda-feira, 4 de janeiro. Os reservatórios do Nordeste atingem 67% do volume acumulado. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - Os reservatórios têm alta de 0,8% e atingiram 59,7% do volume acumulado. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 45,80% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios registram alta de 0,1% e atingem 73,6% do volume. O índice está 47,4% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Marimbondo e São Simão operam com 73% e 69,75%, respectivamente.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios chega a 97,6%, com alta de 0,6%. O índice está 76,1% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Machadinho trabalha com 97,42% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 67% do volume acumulado, com alta de 0,3%. O índice está 37,6% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 67,94% da capacidade.

## **PCH Jacaré Pepira altera potência instalada para 2 MW (CanalEnergia) 05/01/10**

Localizada no município de Brotas, em São Paulo, usina pertence à Água Paulista Geração de Energia Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou a empresa Água Paulista Geração de Energia a alterar para 2 MW a potência instalada da pequena central hidrelétrica Jacaré Pepira. A usina está localizada no município de Brotas, em São Paulo. Com a alteração, o sistema de transmissão passa a ser constituído de uma subestação na usina em 2,4/13,8 kV, com capacidade de 2.500 kVA, conectando-se diretamente ao sistema de distribuição em 13,8 kV da Companhia Paulista de Força e Luz. As informações foram publicadas na edição desta terça-feira, 5 de janeiro, no Diário Oficial da União.

## **UTE Goiânia II inicia operação comercial de 145,2 MW por tempo determinado (CanalEnergia) 05/01/10**

Aneel libera 88 unidades geradoras de 1,65 MW cada, que vão operar até o próximo dia 31 de março Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação comercial, por tempo determinado, de 88 unidades geradoras da termelétrica Goiânia II. Cada unidade tem 1,65 MW, totalizando 145,2 MW de potência instalada. Com início na última segunda-feira, 4 de janeiro, a térmica vai operar até o próximo dia 31 de março.

A medida da Aneel, de acordo com o despacho 4.860, publicado na edição desta segunda-feira, 4 de janeiro, do Diário Oficial da União, foi determinada em consideração à validade da cláusula de penalidade pela falta de combustível, estabelecida pelo contrato de promessa de compra e venda mercantil e outros pactos entre a Brentech Energia e a Petrobras.

## **Worley Parsons compra CNEC por R\$ 170 milhões (CanalEnergia) 05/01/10**

Acordo firmado na última semana prevê venda da subsidiária da Camargo Corrêa especializada em projetos de engenharia Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Camargo Corrêa vendeu por R\$ 170 milhões a CNEC Engenharia, unidade especializada em projetos de engenharia, com várias obras no setor elétrico. A holding firmou acordo no último dia 31 de dezembro com o grupo australiano Worley Parsons. Com sede em São Paulo, a CNEC tem em seu expertise projetos de plantas hidrelétricas, termelétricas e completou 50 anos de negócios no último ano. A empresa tornou-se subsidiária integral da Camargo Corrêa em 1990. A CNEC tem escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Pará, Santa Catarina e Distrito Federal, além da Argentina e Peru.

## **Light ON opera em queda de 2,15% (CanalEnergia) 05/01/10**

IEE alcança os 24.659 pontos com alta de 0,28% assim como Ibovespa, que chegou aos 70.055 pontos e registrou alta de 0,01% Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A Light ON opera em queda de 2,15% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta terça-feira, 5 de janeiro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Eletrobrás PNB (-0,90%), acompanhada da MPX Energia ON (-0,56%). A Cesp PNB opera em alta de 2,94%, acompanhada pela Equatorial ON (1,41%) e Transmissão Paulista PN (1,25%). A AES Eletropaulo PNB e a AES Tietê PN operam em estabilidade. O Índice de Energia Elétrica alcançou os 24.659 pontos com alta de 0,28% assim como Ibovespa, que chegou aos 70.055 pontos e registrou alta de 0,01%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: estável  
AES Tietê PN: estável  
Celesc PNB: 0,63%  
Cemig PN: 0,57%  
Cesp PNB: 2,94%

Coelce PNA: 1,22%  
Copel PNB: 0,08%  
CPFL Energia ON: 0,02%  
Eletrobrás PNB: -0,90%  
Energias do Brasil ON: 0,86%  
Equatorial ON: 1,41%  
Light ON: -2,15%  
MPX Energia ON: -0,56%  
Tractebel ON: 0,09%  
Terna Part UNT: -0,16%  
Transmissão Paulista PN: 1,25%

## **Governo libera prestação de garantias para estatais que enfrentem concorrência de empresas privadas (*CanalEnergia*) 05/01/10**

Decreto 7.058 beneficia Eletrobrás ao alterar medida que unificava caixa do Tesouro Nacional  
Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

O governo federal editou no último dia 30 de dezembro, decreto que libera estatais a prestarem garantias financeiras a sociedades de propósito específico em operações de financiamento. O decreto 7.058, altera um artigo de outro decreto, o 93.872/1986 - que trata da unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, entre outras medidas. Uma das empresas beneficiadas com a medida é a Eletrobrás.

O artigo 96 do decreto 93.872 estabelece que "às autarquias federais, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e entidades sob controle acionário da União (...) é vedado conceder aval, fiança ou garantia de qualquer espécie a obrigação contraída por pessoa física ou jurídica, excetuadas as instituições financeiras".

Com a medida expedida na semana passada, a vedação deixa de abranger concessão de garantia por empresas da União que possuam concorrentes privados a controladas ou subsidiárias, "inclusive a prestação de garantia por empresa pública ou sociedade de economia mista que explore atividade econômica a sociedade de propósito específico por ela constituída para cumprimento do seu objeto social, limitada ao percentual de sua participação na referida sociedade".

## **Prefeitura de Angra dos Reis desiste de pedir desligamento de usinas nucleares (*CanalEnergia*) 05/01/10**

Prefeito havia solicitado o desligamento alegando que caso houvesse um "acidente" em alguma das usinas, não seria possível deslocar a população  
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A prefeitura de Angra dos Reis (RJ) desistiu de pedir o desligamento das usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2. Segundo a prefeitura, as condições climáticas da região melhoraram e não há risco iminente do fechamento da BR-101, que apresenta trechos com problemas por conta das últimas chuvas. O prefeito do município, Tuca Jordão, havia solicitado o desligamento após o fechamento da rodovia na noite do último sábado, 2 de janeiro, devido a uma rachadura no asfalto, que poderia partir a pista ao meio.

A alegação do prefeito era de que caso houvesse um acidente em alguma das usinas, não seria possível deslocar a população. A Eletronuclear já havia afirmado, por meio de nota, que a obstrução de estradas não impediria a execução do Plano de Emergência. A empresa ressaltou ainda que devido ao moderno sistema de segurança e contenção de material radioativo, é "pequeníssima" a possibilidade de ocorrer uma emergência.

A Eletronuclear havia lembrado ainda que as usinas são responsáveis pelo abastecimento de 40% da energia consumida no estado do Rio de Janeiro e que desligá-las "sem uma real necessidade técnica seria um ato de gestão irresponsável, dada sua contribuição para o Sistema Elétrico Nacional".

As informações são da Agência Brasil.

## **EPE é nova patrocinadora da Eletros (*CanalEnergia*) 05/01/10**

Adesão ao fundo ocorreu em dezembro. Entidade congrega planos de previdência privada de Eletrobrás, ONS e Copel

Da Agência CanalEnergia, Recursos Humanos

Desde dezembro, a Empresa de Pesquisa Energética passou a patrocinar a Eletros, fundo de pensão dos empregados da Eletrobrás, do Operador Nacional do Sistema Elétrico e do e do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). Desde o último dia 14, os 261 funcionários da EPE poderão aderir ao fundo. A Secretaria de Previdência Complementar aprovou a adesão da EPE à Eletros em novembro, segundo a entidade.

## **Energisa encerra período de conversão de ações em units (*CanalEnergia*)**

**05/01/10**

Segundo companhia, adesões atingiram 96,2% do seu capital social  
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Energisa encerrou no último dia 28 de dezembro o período de conversão de ações em units. Segundo a companhia, as adesões atingiram 96,2% do seu capital social, que passou a ser representado por ações ordinárias (523.150.271), ações preferenciais (576.707.284), totalizando 1.099.857.555.

## **SINDICAL**

Primeiro

## **Promoção cultural (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Luiz Carvalho

Trabalhador sindicalizado tem desconto de 50% para assistir “Lula, o filho do Brasil”

A partir desta sexta-feira, dia 8 de janeiro, os trabalhadores sindicalizados poderão assistir o filme “Lula, o filho do Brasil” com 50% de desconto em qualquer dia da semana. Basta que apresentem a carteirinha comprovando a ligação com o sindicato em uma das 354 salas de cinema que exibem a obra.

Em apenas 3 dias de exibição mais de 300 mil expectadores já conheceram a história da obra que retrata a vida do presidente Luis Inácio Lula da Silva desde o nascimento, em 1945, até a formação do líder sindical nas fábricas e no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em 1980, três anos antes de participar da fundação da CUT.

Com direção de Fábio Barreto, o elenco conta com 130 atores. Rui Ricardo Diaz faz o papel de Lula dos 18 aos 35 anos, Glória Pires interpreta Dona Lindu, mãe de Lula, Cléo Pires vive a primeira mulher do presidente e Juliana Baroni atua com a primeira-dama Marisa Letícia.

Segundo Luiz Carlos Barreto, idealizador do projeto e produtor, a idéia foi retratar o homem comum por trás da figura pública, que possui “uma extraordinária capacidade de superar dificuldades.”

## **Revista do Brasil de janeiro (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Divulgação

Os descasos com São Paulo na gestão Kassab e Serra e a cobertura da 1º Confecom e da COP 15 são alguns destaques

Capa da Revista do Brasil de fevereiroA primeira edição de 2010 destaca as “tragédias do marketing” do governador e prefeito de São Paulo. A matéria assinada pelos repórteres Antonio Biondi e Marcel Gomes aponta que como resultados de campanhas publicitárias que fizeram o eleitor acreditar no que não viu, as gestões de Gilberto Kassab e José Serra, apostam na propaganda e desprezam o combate às desigualdades, único meio de melhorar a metrópole. Também é destaque a cobertura do jornalista Anselmo Massad da 1º Conferência Nacional de Comunicação, realizada em Brasília em dezembro e que indicou ao final que mesmo com as diferenças entre empresários, movimentos e

governo, teve desfecho positivo ao aproximar as partes para o diálogo além de apontar avanços na essencial democratização da área.

Outra discussão em voga é a consolidação de um Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), desejo declarado do presidente da República antes do fim do seu mandato. Em seis páginas o repórter Thiago Domenici traz o exemplo da cidade digital Sud Menucci (SP), que fornece de graça a internet aos seus habitantes desde 2003. A reportagem também traz exemplos de outros países que transformam o acesso à banda larga em direito de todos. Por fim, uma entrevista esclarecedora com o especialista em telecomunicações e professor da UFRJ, Marcos Dantas, sobre as três propostas federais em debate para o PNBL.

A entrevista do mês é com o diretor e documentarista argentino Pino Solanas, que se dedica atualmente a registrar a Argentina pós-crise. Na entrevista concedida a Clarissa Pont, ele afirma que “um filme ou um livro não mudam a realidade de um país, mas ajudam muito. O valor do cinema de testemunho é levar o espectador até regiões que ele não conhece e dificilmente conheceria.”

A edição destaca ainda duas reportagens, a primeira de Suzana Vier sobre o centro de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da USP, em Bauru (SP), referência no tratamento de fissuras nos lábios e céu da boca e de deficiências auditivas com atendimento gratuito pelo SUS. A segunda, de Evelyn Pedrozo, mostra a sabedoria popular nas chamadas Tecnologias Sociais que com baixo custo de implementação e alto potencial transformador apontam saídas para problemas cotidianos da população.

Maurício Thuswohl relata os desdobramentos da fracassada Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Copenhague, Dinamarca. Apesar de todos os alertas dos efeitos das mudanças do clima em diversos pontos do planeta, a COP 15 deixou escapar uma oportunidade histórica de acordo internacional para conter o aquecimento global.

Eloisa Aragão escreve sobre a revisão da Lei da Anistia, usada como argumento para não punição dos que praticaram e disseminaram a tortura e a barbárie. A Lei de 1979 é vista como afronta à Constituição, segundo a qual crimes contra a humanidade não prescrevem.

E mais: em memória de Victor Jará, cantor e dramaturgo assinado em 1973, um texto de Vitor Bari Neto; Spensy Pimentel analisa que depois de Raposa Serra do Sol os problemas que os índios enfrentam para garantir seus direitos ainda são muitos; a reportagem de viagem retrata uma Bolívia de muitas maravilhas e ainda pouco conhecida do brasileiro; João Correia Filho escreve sobre Anísio Fausto da Silva, guardião do vale dos dinossauros, em Pernambuco; o ponto de vista de Mauro Santayana; os temas nacionais na seção Na Rede e as dicas culturais também estão na edição de janeiro, nº 43, já nas bancas.

## **Jornal Brasil Atual (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por CUT Nacional

Programa de rádio dos trabalhadores agora em nova sintonia: 97,3MHz em São Paulo  
O Jornal Brasil Atual vai falar mais alto em São Paulo. Com este lema, o programa de rádio ("que dá as notícias que os outros não dão") entra em nova fase a partir desta semana, quando passa a ser sintonizado nos 97,3 MHz na cidade de São Paulo e arredores. "Nessa nova sintonia, a qualidade de som vai ficar muito melhor, vai chegar com clareza a todas as localidades da Grande São Paulo", explica o diretor e apresentador Osvaldo Colibri Vitta.

Mais qualidade de som  
O programa de rádio, ao vivo todas as manhãs, das 7h às 8h, traz reportagens e entrevistas sobre o mundo do trabalho, economia, política e cultura a partir do olhar do trabalhador e da trabalhadora, sem os preconceitos, frases feitas e conservadorismo da imensa maioria dos meios de comunicação.

Todo o conteúdo do programa pode também ser acessado na página [www.jornalbrasilatual.com.br](http://www.jornalbrasilatual.com.br).

## **Central de luta (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Luiz Carvalho, com informações da Secretaria Nacional da Juventude

CUT amplia participação no Conselho Nacional de Juventude

A eleição do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), ocorrida no último dia 15 de dezembro, resultou na ampliação da atuação da CUT nesse importante espaço de participação política. Ao contrário do período anterior, quando contava com a suplência da cadeira “trabalhadores urbanos”, a Central passará a ocupar a titularidade e a suplência de uma das cadeiras destinadas ao movimento sindical, enquanto as demais centrais (Força, UGT, CTB e CGTB) farão revezamento durante a gestão.

Formado por representantes do governo e da sociedade civil, o Conjuve é um órgão consultivo que assessora o governo federal na formulação de diretrizes da ação governamental e na aplicação da Política Nacional de Juventude.

“A juventude Cutista concentrará seus esforços para a que a promoção do trabalho decente de jovens no país seja pauta permanente no Conjuve. As políticas públicas para a juventude devem considerar a questão do trabalho, a falta dele e a entrada precoce de jovens em ocupações cada vez mais precárias. É um tema estratégico para o projeto de desenvolvimento defendido pela CUT”, afirmou a Secretária de Juventude da Central, Rosana Sousa de Deus.

A cadeira “trabalhadores rurais” também será ocupada por Contag e a Fetraf, entidades que contam com a dirigentes cutistas em suas secretarias de juventude. Os movimentos sociais conquistaram ainda a cadeira “redes e fóruns”, por meio do Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis (FONAJUVES) e o Fórum Brasileiro de Organizações e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), dos quais a juventude da CUT faz parte.

“Esta gestão do Conjuve, que tem início no ano da disputa de projetos para nosso país, poderá dar grandes contribuições na luta por desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho, no qual a juventude possua lugar destacado. Teremos muita tarefa pela frente”, acrescenta Rosana.

## **Boris e os Garis (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Central Única dos Trabalhadores e Contracs

CUT e Contracs se pronunciam sobre caso de preconceito contra trabalhadores

É perfeitamente compreensível o ódio de uma parte da elite em relação aos trabalhadores por ela considerados subalternos, particularmente quando estes conquistam cidadania e direitos universais como o voto e a educação. A conquista da cidadania pelos mais pobres perturba essa elite que se diz formadora da opinião das camadas populares.

Para os autodenominados formadores de opinião, o razoável é que o trabalhador ou trabalhadora, particularmente aqueles que realizam tarefas manuais, se coloquem em “seu devido lugar”, portanto, garis varrendo ruas e não dirigindo mensagens de confraternização na celebração do novo ano. Afinal, não é qualquer um que pode pronunciar mensagens ao público em geral, essa é a função dos mais preparados, ou seja, da elite pensante.

O operador de som, sem saber, prestou um grande serviço público ao mostrar a verdadeira face do conservadorismo do país, com seu autoritarismo, preconceito e ódio em relação aos trabalhadores pobres que varrem ruas, servem café ou limpam seu ambiente de trabalho e sua casa.

Para eles, um pobre, um semi-escolarizado, será sempre um subalterno dos degraus mais baixos da sociedade, mesmo que se torne Presidente da República, tal como pode ser percebido nas recorrentes demonstrações de desrespeito ao presidente que fala como o povo e se encontra com catadores de papel para celebrar o Natal, um absurdo, uma verdadeira “vergonha nacional”.

Para a Central Única dos Trabalhadores, tanto os garis quanto as copeiras das redações dos jornais, repartições públicas e de multinacionais não podem permanecer na invisibilidade, pelo menos aos olhos do conjunto da sociedade civil. A plena cidadania desses trabalhadores implica o reconhecimento da importância do seu trabalho e, sobretudo, do seu conhecimento prático e social no interior da sua comunidade, como membro da sociedade, como pai ou mãe que educa seus filhos, que constrói a cidade e a cultura.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS/CUT) como representante da categoria considera ultrajante o ato e repudia as declarações do jornalista Boris Casoy. E destaca que a categoria é de grande importância social para toda a sociedade, incluindo o próprio jornalista.

A herança da Casa Grande, presente no preconceito nosso de todos os dias precisa ser extirpada das redações de jornais, dos órgãos e repartições públicas e, sobretudo, das relações de trabalho. Portanto, não há por que fazer

concessões a esse “ato falho” do jornalista Boris Casoy. Afinal, se queremos a superação das desigualdades sociais no Brasil é preciso parar de empurrar o lixo para debaixo do tapete.

O episódio com os garis é uma boa oportunidade para que os “socialmente invisíveis” se tornem visíveis aos olhos do conjunto da sociedade. Assim, toda manifestação de indignação e repúdio ao ódio e preconceito dessa parcela da elite é uma prática civilizatória.

## **Defesa dos direitos sociais (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Rede Brasil Atual

Erundina está livre de dívida de R\$ 352 mil contraída por defesa de greve

A deputada federal Luiza Erundina está livre da dívida de mais de R\$ 350 mil. A ex-prefeita de São Paulo depositou em conta bancária indicada pela Justiça o valor devido aos cofres públicos pela condenação em ação popular movida em 1989.

Na ocasião, o cidadão Angelo Gamez Nunez sentiu-se atacado pela publicação de um comunicado na primeira página da Folha de S. Paulo no qual a administração municipal defendeu a greve geral de trabalhadores brasileiros. Criticada por parte da sociedade e pela imprensa pelo apoio ao movimento, Erundina decidiu publicar o informe no qual apresentava suas razões para dar suporte à paralisação e evitar que ônibus saíssem às ruas da cidade em 16 de março daquele ano.

A ação, depois de inúmeros recursos, chegou ao fim com a condenação da ex-prefeita, obrigada a devolver aos cofres públicos o valor estimado pelo espaço correspondente no jornal. Durante dois anos, a decisão foi mantida em segredo entre os amigos íntimos, mas por fim veio a público em novembro de 2009, quando foram iniciados alguns eventos de arrecadação.

Como a ex-prefeita não tinha condições financeiras de quitar o débito, o apartamento avaliado em R\$ 230 mil, um carro ano 1995 e 10% dos rendimentos mensais foram colocados à disposição da Justiça. Agora, será necessário esperar o fim do recesso do Judiciário para que seja revertida a penhora de bens.

A conta bancária aberta como fundo de arrecadação está em processo de fechamento, mas já recebeu um pouco mais que os R\$ 352 mil necessários para solucionar a questão. De acordo com a parlamentar, o excedente será doado a instituições de caridade. As doações tiveram origens as mais diversas e vão de R\$ 2 a 20 mil. Os jantares de arrecadação também angariaram saldos variados, com o máximo de R\$ 60 mil em João Pessoa.

A deputada, que gosta de defender em seus discursos a pluralidade e a diversidade, não abriu mão das duas palavras nem mesmo na hora de falar daqueles que contribuíram na campanha de menos de dois meses. Erundina faz questão de agradecer aos deputados estaduais do PSDB em São Paulo, à CUT (Central Única dos Trabalhadores) e ao antigo partido, o PT, e lembra as pequenas doações, como as de grupos que realizaram “vaquinhas” para enviar R\$ 50 ou das muitas pessoas que depositaram R\$ 5.

“É realmente algo que não só comove, mas impressiona e nos põe em reflexão para descobrir o significado de tudo isto. Porque é mais do que um gesto de solidariedade material a uma pessoa, há todo um significado político”, afirma em entrevista à Rede Brasil Atual.

A deputada está agora coletando telegramas, emails e cartas que recebeu ao longo das últimas semanas. Ela surpreendeu-se com manifestações de pessoas que, em outros tempos, eram críticas às suas atitudes, e ressalta que tem adversários políticos com os quais confronta ideias, mas nunca cultivou inimigos. Erundina entende que é preciso fazer uma análise com muita calma de todos os apoios enviados.

Com sensação de alívio e livre de constrangimentos, a ex-prefeita rememora a forte oposição que enfrentou no comando da maior cidade brasileira, entende que em momento algum traiu suas convicções e mantém a declaração de que faria tudo novamente. “Acho que isso tudo contribuiu de certa forma para ajudar a juventude a entender que as coisas não são como aparentam ser. De que tudo é igual, de que todo político faz concessões. Isso tem uma dimensão pedagógica para as novas gerações. Valeu nesse sentido”, pontua.

## **Federação Cutista (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Sinergia - Cecília Gomes

Entidades sindicais urbanitárias autorizam participação na criação da FTIUESP

O ano de 2010 começou com uma importante ação dos dirigentes de sete sindicatos do ramo urbanitário no estado de São Paulo ao ratificarem a criação da FTIUESP - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo, em assembleia extraordinária realizada nesta segunda (04).

Sindluz Presidente Prudente, Sindluz Bauru, Sindlitoral, Sindgasista, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas, Sindae Campinas (saneamento), Sindae Jundiaí (saneamento) aprovaram por unanimidade a criação da federação paulista.

### **Desafios**

Um dos objetivos da FTIUESP é possibilitar maior articulação do ramo no estado de São Paulo, sendo possível fazer intervenções envolvendo todos os sindicatos filiados. Para a direção do Sinergia CUT, a FTIUESP terá um importante papel na articulação de ações no campo da formação, comunicação, organização sindical e até mesmo de âmbito internacional.

A FTIUESP esteve até então incorporada à Federação Nacional dos Urbanitários com o objetivo de fortalecer o ramo nacionalmente. No último Congresso Nacional dos Urbanitários da FNU, realizado em junho do ano passado em Brasília, os trabalhadores do setor elétrico, gás e saneamento ambiental do estado de São Paulo tiraram como resolução a criação de federações regionais como estratégia para consolidar a formação da Confederação Nacional dos Urbanitários, conforme especificações da portaria 186 do Ministério do Trabalho.

Assim, as entidades sindicais que autorizaram a re-ratificação da federação paulista deram o primeiro passo para concretizar a resolução tirada no último congresso da FNU. Agora, uma próxima assembleia extraordinária com os delegados dessas entidades sindicais deve ocorrer no início de fevereiro com o objetivo de ratificar a fundação e/ou a criação da FTIUESP, conforme será especificado em edital de convocação que será publicado posteriormente e divulgado em boletins dos sindicatos envolvidos, informando data, horário e local da assembleia.

## **Servidores (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Condsef

Condsef conquista reabertura do prazo para adesão de 36 mil à Carreira da Previdência Saúde e Trabalho

No dia 30 de dezembro o governo publicou, no Diário Oficial da União, a medida provisória (MP) 479/09. A MP substitui o projeto de lei (PL) 5918/09 e acata importantes emendas defendidas pela Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal). Entre elas está a que reabre prazo de adesão para que cerca de 36 mil servidores possam optar pela Carreira da Previdência Saúde e Trabalho (CPST). Esses servidores estavam com seus salários congelados desde 2006 quando a carreira foi criada pela lei 11.355/06. Todos nessa situação devem ficar atentos. A partir da sanção presidencial da MP será dado prazo de 60 dias para que os servidores assinem termo de opção que pode ser encontrado anexo à própria medida.

A Condsef recomenda que suas filiadas realizem um trabalho de divulgação em massa nos estados. Esse trabalho será fundamental para que nenhum servidor perca essa nova oportunidade de aderir à CPST. A divulgação se faz importante também, pois a maioria desses servidores é de aposentados. Os efeitos financeiros da tabela da CPST passam a ter vigor no contracheque desses servidores a partir do momento da assinatura do termo. Portanto, não há valores retroativos a serem percebidos.

Gacen - Outra conquista vinda com a publicação da MP 479/09 é a inclusão de outras sete categorias de servidores da Funasa que, a partir do dia 1º de janeiro de 2010, passaram a ter o direito a receber a Gacen.

Como a MP 479/09 já tem força de lei, os servidores ativos, aposentados e pensionistas dos seguintes cargos já estão fazendo jus ao direito de receber a Gacen. São eles: Mestre de Lancha, Condutor de Lancha, Agente de Transportes Marítimos e Fluviais, Auxiliar de Transportes Marítimos e Fluviais, Comandante de Navio, Artífice de Mecânico e Cartógrafo.

Como nem todas as emendas que a Condsef defendeu foram contempladas, a entidade voltará a procurar parlamentares em busca de apoio no Congresso Nacional. Como a Casa está em recesso, o prazo para apresentação de emendas vai dos dias 2 a 7 de fevereiro. Nesse período a Condsef volta a dialogar com parlamentares para que outros cargos que atuam no combate e controle de endemias recebam a Gacem.

A Condsef já solicitou a suas assessorias jurídica e econômica uma análise minuciosa da MP para detectar outros ajustes necessários e que possam ser defendidos no Congresso. A Condsef espera que sejam aprovadas também outras emendas defendidas pela entidade e que resgatem direitos de servidores de sua base.

## **Solidariedade (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté

Metalúrgicos de Taubaté iniciam campanha para ajudar a população de São Luiz do Paraitinga

O Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região iniciou nesta segunda-feira, dia 4, a entrega de doações feitas pelos trabalhadores para as vítimas da enchente que atingiu a cidade de São Luiz do Paraitinga no dia 1º de janeiro.

Foram entregues 153 tubos de pasta de dente, 240 pacotes de fraldas, 829 escovas de dente, 70 pacotes de fraldas, 20 pacotes de copos descartáveis, 100 rodos, 40 vassouras, 15 esfregões, além de itens como velas, água sanitária e sacos de lixo.

As doações foram recebidas pela presidente da Câmara Municipal de São Luiz, vereadora Edilene Alves Pereira (PT).

"Agradecemos a iniciativa dos metalúrgicos de Taubaté neste momento difícil para toda a comunidade Luizense, e contamos toda a ajuda possível para o povo de São Luiz e para a reconstrução de nossa cidade", disse a presidente da Câmara Municipal de São Luiz, vereadora Edilene Alves Pereira (PT).

Segundo o presidente do Sindicato, Isaac do Carmo, a ajuda da categoria metalúrgica para o povo de São Luiz deverá ser feita em um trabalho contínuo, que vai acontecer de acordo com as necessidades de momento da população atingida pela enchente.

Edilene e Isaac "O Sindicato tem uma responsabilidade social com a região do Vale do Paraíba, e temos a certeza que a categoria metalúrgica vai colaborar de forma intensiva na arrecadação de doações para o povo de São Luiz", disse Isaac.

A Campanha SOS São Luiz do Paraitinga do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté e Região continua nesta semana nas empresas da base, e as doações no momento de produtos de higiene pessoal e limpeza também podem ser entregues na sede do Sindicato que fica na Rua Urupês, nº 98, no bairro Chácara do Visconde.

## **Sim, nós sabemos para onde vamos (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Fernando Neiva, membro da Direção Nacional da CUT

Os resultados da pesquisa CNI/Ibope divulgados no último dia 7 de dezembro devem ter deixado os adversários políticos do Presidente Lula de cabelo em pé. A aprovação do presidente subiu de 81% em setembro para 83% em novembro e a confiança em seu governo saltou dos 76% para 78% no mesmo período. A rejeição, por sua vez, regrediu de 17% para 14%. Já a aprovação da maneira como o presidente Lula governa o país subiu em novembro em relação aos índices registrados em setembro. Para 72% dos entrevistados, o governo é "ótimo" ou "bom", acima dos 69% em setembro. Os números da última pesquisa da CNT/Sensus divulgados em novembro mostram que a avaliação positiva do presidente e do seu governo continua crescendo.

No último levantamento, realizado em setembro, o índice, que era de 76,8%, atingiu 78,9%. Por coincidência, ou não, as duas pesquisas foram divulgadas em momentos em que o Presidente Lula era premiado pelo desempenho do seu governo. A pesquisa da CNI/Ibope foi publicada no mesmo dia em que o presidente recebeu, na capital paulista, o prêmio "Brasileiro do Ano", oferecido pela revista Istoé por ter contribuído para levar o Brasil à posição de protagonista no cenário mundial e pela forma com que o País enfrentou e superou a crise econômica. Já o resultado da CNT/Sensus foi anunciado vinte dias após o presidente Lula ter recebido o título de "Estadista do Ano" concedido pelo instituto de

assuntos internacionais do Reino Unido Chatham House, em reconhecimento a sua atuação no sentido de reduzir a pobreza no Brasil por meio de políticas econômicas que mantiveram o equilíbrio fiscal e evitaram o aumento da inflação.

Mas apesar de as pesquisas e de as premiações confirmarem que o governo do presidente Lula está no caminho certo, que suas políticas públicas são reconhecidas mundialmente e que o seu governo colocou o Brasil numa posição de destaque na política internacional, há aqueles que não aceitam de forma alguma esse sucesso. Ainda recentemente, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso publicou, em dois dos maiores jornais do país, um artigo em que extrapola o bom senso e tenta, através de acusações infundadas, desqualificar o governo e a pessoa do presidente Lula. Intitulado “Para onde vamos?”, o artigo – que foi amplamente repercutido por colonistas e comentaristas políticos que, a exemplo de FHC, não toleram o sucesso do governo Lula – reafirma o tom preconceituoso com que os anti-lula tratam o governo. Na falta de uma argumentação política consistente que contraponha o projeto democrático popular do governo Lula, FHC repisa rótulos gastos e demonstra uma amnésia política inaceitável para quem ficou oito anos no governo e praticamente levou o país à bancarrota.

Vive ainda na memória de todos o desastre que foi a política privatista do governo FHC que entregou o patrimônio nacional ao setor privado como foi o caso da Companhia Vale do Rio Doce, que promoveu o desmonte dos bancos públicos federais e privatizou os tradicionais bancos mineiros, Bemge e Credireal. Por isso é inevitável que os brasileiros comparem o período FHC com o do governo Lula. Pois enquanto no governo FHC o salário mínimo era de 78 dólares, um dos menores da história do Brasil, no governo Lula atingiu 210 dólares. Enquanto o governo do sociólogo e professor FHC criou apenas uma universidade federal e nenhuma escola técnica, o governo do operário metalúrgico Lula criou 10 novas universidades, 45 extensões universitárias e 214 escolas técnicas. Enquanto as dívidas externa e interna ficaram impagáveis durante a era Fernando Henrique Cardoso, o governo Lula quitou a dívida com o Fundo Monetário Internacional. Enquanto as reservas do Tesouro Nacional no governo FHC eram de 185 bilhões de dólares negativos, o governo Lula acumulou 160 bilhões de dólares positivos. Além disso, enquanto o governo FHC primou pela tentativa de retirada de direitos dos trabalhadores na Constituição e na CLT, o governo Lula gerou mais de 11 milhões de empregos formais e tirou cerca de 20 milhões de brasileiros da linha da miséria.

Os números da pesquisa da Sensus divulgada no dia 23 de novembro deixam claro o quanto o povo brasileiro rejeita a era FHC, ao constatar que nada menos que 49,3% dos entrevistados declaram que não votariam em um presidencial candidato apoiado por FHC qualquer que fosse o candidato. Já 51,7% dos entrevistados votariam ou poderiam votar em candidato apoiado por Lula. Quando Lula é comparado com FHC, 76% dos pesquisados dizem que Lula é melhor que Fernando Henrique enquanto apenas 10% preferem o ex-presidente. Não é à toa que diante dos números desfavoráveis a cúpula dos tucanos anunciou que vai esconder o ex-presidente durante a campanha de 2010.

A considerar a interrogação, o artigo de FHC Para onde vamos? a oposição e o PSDB dele, de José Serra e de Aécio Neves continuam como sempre à deriva sem saber que rumo tomar. Ao contrário do governo do Presidente Lula, que possui um projeto que aponta para o crescimento econômico, distribuição de renda, inserção social e para a projeção do Brasil como potência mundial.

Diferentemente de FHC, que ainda não sabe para onde ir, a aprovação do governo Lula demonstra que o povo brasileiro sabe muito bem para onde vai em 2010. E que somente elegendo candidatos que defendem o projeto democrático popular do governo Lula estaremos garantindo a consolidação das políticas que nos fazem ter hoje orgulho de sermos brasileiros.

## **Impossível é ficar como está (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Juberlei Baes Bacelo, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região

Em 2010, por iniciativa de cidades da região metropolitana, o Rio Grande do Sul volta a receber um evento do Fórum Social Mundial que lança uma série de atividades descentralizadas e preparatórias para o FSM em Dacar, na África, em 2011.

Quando tudo começou, afirmar que “um outro mundo é possível” não era pouca coisa. Ao longo dos anos 90, o neoliberalismo desmontou o Estado, levou a militarização a patamares avançadíssimos, acentuou a desigualdade entre ricos e pobres e criminalizou os movimentos sociais. Dessa conjuntura, alguns diziam que era “o fim da História”. Que não havia alternativa e que o mundo seria assim mesmo, organizado pelo “livre” mercado.

Vejamos. Passados 10 anos, o mundo atravessa uma grave crise ambiental – e pôde comprovar, em Copenhague, que apenas ter esperança no futuro é insuficiente para enfrentar a fúria capitalista que destrói o meio-ambiente para fazer lucro. É preciso mais. Salvar o planeta não é possível sob o capitalismo. Sua natureza predatória é incompatível com valores como solidariedade, justiça, igualdade e defesa do meio-ambiente.

Além disso, mal saímos da maior crise econômica internacional da história da humanidade. Ela teve origem exatamente no centro do capitalismo, na oferta de crédito que visa a ampliar o consumo, mas permite que milhões ainda morram de fome. Ninguém controla o sistema financeiro. Quando se faz necessário, deposita-se dinheiro público nele, para que agente firme... pelo menos até a próxima crise, e sobra sempre para os trabalhadores pagarem a conta.

Essas foram duas crises que marcaram 2009. E hoje, podemos afirmar: está claro que não resolveremos os grandes dilemas da humanidade no nosso tempo sob o sistema capitalista. Quem criou os problemas não é capaz de reagir a eles. Um outro mundo é, sim, possível.

Hoje, graças, também, ao FSM, existe mais espaço para que essa resposta ecoe. Movimentos sociais e a esquerda do mundo inteiro se reúnem para buscar alternativas. O SindBancários faz questão de ser parte de um processo que se propõe a tarefas tão grandiosas.

Para a programação do Fórum, oferecemos duas atividades que socializam o que acumulamos nestes últimos anos. Num seminário, discutiremos a regulação do sistema financeiro, um tema bastante atual e que precisa ser enfrentado pela esquerda, para que não sejamos reféns do mercado como querem os banqueiros. E o nosso CineBancários sediará o Ciclo de Cinema do Fórum, e apresentará uma programação especial na semana. Temos tido a felicidade de experimentar o quanto a arte e a cultura podem ser instrumentos da disputa de hegemonia que queremos travar.

E orgulha-nos, especialmente, ver a nossa Casa dos Bancários ser "Território Social Mundial". Além das nossas duas atividades, a Casa receberá outros eventos e será referência para o público do Fórum Social Mundial.

Será muito bom iniciar 2010 com o seminário internacional de 10 anos do FSM. Será revigorante para impulsionarmos um ano de lutas e de conquistas. Nós, os movimentos sociais, precisamos aprender com a experiência que construímos e buscar novas formas de atuar, de interagir, de lutar. Precisamos respeitar e contemplar a diversidade que há entre nós. Precisamos renovar nossa disposição e nossa esperança, porque justiça, igualdade, não virá como concessão de ninguém, será produto da luta. Dez anos depois, sabemos, mais do que nunca, que um outro mundo não apenas é possível, como é necessário.

## **Sindipetro NF: ano começa com trabalhador acidentado na Bacia de Campos (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Sindipetro NF

O operador de petróleo da Petrobras, Ricardo Pereira Carnauba, que trabalhava em P-35 foi hospitalizado no início da tarde desta segunda-feira, 4, após uma queda de um piso ao outro na plataforma. Segundo informações, o piso gradeado rompeu quando o trabalhador pisou sobre ele. O Sindipetro NF está acompanhando o caso.

Segundo relato dos trabalhadores, outro caso semelhante ocorreu na mesma unidade e no mesmo local há uns seis meses. Só que o trabalhador conseguiu se segurar e não se feriu. A empresa não consertou o piso e um novo acidente ocorreu.

Esse acidente e o último ocorrido em PCE-1, quando o guarda corpo rompeu e o trabalhador também caiu e perdeu o baço, são a prova do sucateamento que ainda existe em diversas unidades marítimas da Petrobrás. O Sindipetro-NF possui em seu site uma lista com as pendências de segurança enviadas pelos trabalhadores e que precisam ser resolvidas, porém é lenta a correção dessas pendências deixando os trabalhadores expostos a tragédias como essa. O Sindicato em conjunto com a DRT realizou diversas inspeções nas plataformas para apurar e cobrar soluções para as denúncias de condições de insegurança dos trabalhadores.

Para o sindicato é um absurdo que aconteçam acidentes por mero descaso com a segurança. A morosidade como essas pendências são tratadas pela Petrobrás, demonstra que está faltando sintonia entre o discurso e a prática sobre segurança na empresa.

## **Servidores começam ano apreensivos com publicação de decreto que desmonta Funai (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Condsef

O decreto 7.056/09, publicado no dia 28 de dezembro de 2009 no Diário Oficial da União, coloca os servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) apreensivos neste início de 2010. O decreto aprova o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da Funai e dá outras providências. Uma leitura prévia feita pela Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) aponta que este decreto vai na contramão da reestruturação da Funai que vem sendo discutida com a categoria. A extinção de administrações regionais em vários estados brasileiros criou um clima de ansiedade. Os servidores não sabem como vai ser a situação da categoria a partir desse decreto.

Para descobrir e discutir a situação, a Condsef já solicitou uma reunião com o presidente da Funai, Márcio Meira. A entidade espera ser recebida ainda essa semana para que esclarecimentos sejam dados e para que a categoria seja informada das intenções do governo.

A Condsef segue defendendo a reestruturação da Funai nos moldes que já vinham sendo discutidos com a criação de uma carreira indigenista que atenda as demandas e necessidades dos servidores. Neste momento, a categoria deve se mobilizar em seus estados e acompanhar o desenrolar da situação. Essa união será importante para pressionar o governo e mostrar o grau de comprometimento dos trabalhadores do quadro da Funai com a criação de uma carreira que realmente resolva os problemas estruturais existentes no setor.

Conseqüentemente, a melhora das condições de trabalho deve gerar um melhor atendimento aos povos indígenas além de controlar diversos problemas que hoje prejudicam o funcionamento adequado da Funai.

## **Brasil vai sediar conferência ambiental 20 anos depois da Eco-92 (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Agência Brasil

O Brasil vai sediar em 2012 a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, já batizada de Rio+20, em referência a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, cidade que deve receber novamente o evento.

A conferência foi aprovada em dezembro pela Assembléia Geral das Nações Unidas. O encontro havia sido proposto em 2007 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A ideia é avaliar e renovar os compromissos com o desenvolvimento sustentável assumidos pelos líderes mundiais na Eco-92. A Rio+20 também discutirá a contribuição da economia verde para o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza.

Outra tema na pauta da conferência será o debate sobre a estrutura de governança internacional na área do desenvolvimento sustentável. O modelo de consenso, que só permite decisões com a aprovação de todos os países, foi colocado em xeque na 15ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, em Copenhague, que terminou sem acordo por divergências entre os países ricos e em desenvolvimento sobre as ações necessárias para enfrentar o aquecimento global. As informações são da Agência Brasil.

## **Governo federal cria comitê em prol da saúde da população em situação de rua (CUT Nacional) 05/01/2010**

Escrito por Rede Brasil Atual

O Diário Oficial da União publicou no dia 28/12/09, a portaria número 3.305, de 24 de dezembro, do Ministério da Saúde, que cria o Comitê Técnico de Saúde para a População em Situação de Rua. A iniciativa integra a Política Nacional para a População de Rua, criada pelo Executivo e assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no último dia 23, durante o 7º Natal da Vida e da Cidadania dos Catadores e da População em Situação de Rua. O evento realizado em São Paulo contou com a presença de mais de 2 mil pessoas. A medida presidencial tem o objetivo de promover os direitos humanos, civis, políticos, econômicos e sociais dessa população marginalizada.

O comitê terá várias atribuições. Deverá propor ações que garantam o acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde; apresentar subsídios técnicos e políticos voltados à atenção à saúde da população em situação de rua no processo de elaboração, implementação e acompanhamento do Plano Nacional de Saúde; elaborar e pactuar propostas de intervenção conjunta nas diversas instâncias e órgãos do SUS; participar de iniciativas de vários setores relacionadas com a saúde; e colaborar com a elaboração, o acompanhamento e a avaliação de ações programáticas do Ministério da Saúde.

Farão parte do comitê representantes do Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), organização humanitária Médicos Sem Fronteiras, Movimento Nacional da População de Rua, Pastoral Nacional da População de Rua e conselhos nacionais de secretários de saúde.

Entre as justificativas do Ministério da Saúde para a medida estão a moção de apoio à inclusão dessa população aprovada na 13ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em novembro de 2007, e a falta de ações e atividades voltadas à saúde desses brasileiros.

## **ONU estabelece 2010 como Ano Internacional da Juventude (CUT Nacional)** **05/01/2010**

Escrito por Rádio ONU

Diálogo e entendimento mútuo. Esse é o tema estabelecido pelas Nações Unidas para o Ano Internacional da Juventude, que começa oficialmente em 12 de agosto de 2010 (Semana do/a Estudante). A Assembleia Geral da ONU pediu o apoio local e internacional de governos, sociedade civil, indivíduos e comunidades ao redor do mundo para celebrar o evento.

### **Gerações**

O objetivo é encorajar o diálogo e compreensão entre gerações e promover os ideais de paz, respeito pelos direitos humanos, liberdade e solidariedade.

Segundo a ONU, o Ano Internacional da Juventude também deve servir para estimular jovens na promoção de progresso, com ênfase nas Metas de Desenvolvimento do Milênio.

As Metas incluem a redução de uma série de males sociais até 2015, como a extrema pobreza, a fome, a mortalidade materna e infantil, a falta de acesso à educação e cuidados de saúde.

Vários eventos internacionais devem acontecer em agosto, incluindo o 5º Congresso Mundial da Juventude em Istambul, uma conferência global no México e os Jogos Olímpicos da Juventude em Cingapura.

SITES PESQUISADOS








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

**Informações e Sugestões:**

[imprensa@sinergiaspcut.org.br](mailto:imprensa@sinergiaspcut.org.br)

**Área de Comunicação SINERGIA CUT**  
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise  
[www.sinergiaspcut.org.br](http://www.sinergiaspcut.org.br)  
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

